



RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA



2.º e 3.º TRIMESTRES DE 2018

Sumário Executivo

No presente relatório são analisados os dados da execução orçamental do Município de Paços de Ferreira, referentes ao 3.º trimestre de 2018, face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, do Município sendo que o cumprimento das medidas previstas no mesmo plano são, em síntese, as seguintes:

1. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal (PAM) do Município de Paços de Ferreira

1.1. As medidas previstas no PAM, para reequilíbrio orçamental, foram cumpridas na globalidade, nos termos previstos, à exceção da aplicação da taxa máxima de Derrama e na fixação de preços no setor da água e saneamento.

1.2 As medidas relativas ao Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e Assistência Financeira previstas no PAM foram cumpridas na globalidade, à exceção da medida que visa o respeito aos acordos de reestruturação de dívida com os credores, na medida em que não ficou evidenciado o cabal cumprimento dos pagamentos conforme a ordenação estabelecida no Anexo A ao Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira, objeto de visto do Tribunal de Contas, bem como o pagamento do juros referentes ao contrato de empréstimo do PAEL.

2. Execução orçamental face às metas definidas no Programa de Ajustamento Municipal

2.1. **A receita total representou, no período em análise, um acréscimo de 0,2% (€ 14,2 m) face ao montante definido no PAM**, tendo-se verificado um decréscimo de 0,5% (€ 31,0 m) na receita corrente e um acréscimo de 11,4% (€ 45,2 m) na receita de capital.

2.2. **A despesa total apresentou, no período em análise, um desvio positivo (considerado como decréscimo de despesa) de cerca de 24,6% (€ 2,1 M), face à execução prevista no PAM**, apresentando uma diminuição de 11,2% (€ 666,4 m) na despesa corrente e uma diminuição de 57,1% (€ 1,4 M) na despesa de capital. Os compromissos registados que se encontram por pagar representam cerca de 29,9% (€ 12,8 M) do total dos compromissos assumidos.

2.3. No saldo total regista-se um **desvio negativo de cerca de € 864,4 m**, face ao valor previsto no PAM.

3. Principais considerações

3.1. Após a análise ao cumprimento das medidas contratualizadas no PAM, conclui-se que, no que se refere ao equilíbrio orçamental, Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e execução orçamental no 3.º trimestre de 2018, **as mesmas foram, na globalidade, parcialmente cumpridas**.

3.2. Com os desvios negativos verificados no terceiro trimestre, na execução orçamental da receita e da despesa, deverá o Município tomar medidas de contenção de despesa no trimestre subsequente de forma a cumprir os objetivos orçamentais do FAM.

Sumário Executivo

Principais Indicadores - Setembro de 2018 (variação face ao PAM)



Saldo Total

-106.364 € ^{-864.400 €} [•]
€ Var. Saldo Total



Saldo Global Efetivo

-2.773.983 € ^{-122.622 €} [•]
€ Var. Saldo Global Efetivo



Saldo Primário Efetivo

461.497 € ^{272.691 €} [•]
€ Var. Saldo Primário Efetivo



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

18,4% ^{-6,6%} [•]
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva



Dívida Financeira

41.263.141 €



Dívida Não Financeira

4.348.480 €



Dívida Total Relevante

47.324.592 €



Equilíbrio Orçamental

-13.942.794 € ^{-61,8%} [•]
% Equilíbrio Orçamental



Receita Efetiva

18.564.709 € ^{-0,5%} [•]
% Var. Receita Efetiva



Despesa Efetiva

21.338.692 € ^{0,1%} [•]
% Var. Despesa Efetiva



Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida

17.697.576 € ^{9,8%} [•]
% Var. DPSP



Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida / Despesa Efetiva

82,9% [•]

Índice

Introdução.....	5
Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira.....	7
Reequilíbrio orçamental.....	7
Receita.....	7
Despesa.....	8
Plano de Reestruturação da Dívida (PRD).....	9
Assistência Financeira.....	10
Análise da execução do orçamento municipal (OM) acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM.....	11
Receita.....	13
Despesa.....	20
Saldos orçamentais.....	28
Análise Patrimonial do Município até ao 3.º trimestre de 2018.....	29
Balancete de Setembro de 2018 (resumo).....	29
Indicadores Patrimoniais.....	32
Análise do Endividamento do Município até ao 3.º trimestre de 2018.....	34
Conclusões.....	35
Proposta.....	37
Glossário.....	38
Anexo I - Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM – 2.º e 3.º Trimestre de 2018 - Dezembro de 2018).....	41
Anexo II - Balancete de Setembro de 2018	47

Índice de Quadros e Gráficos

QUADRO 1 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira – Reequilíbrio orçamental da receita.....	7
QUADRO 2 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira – Reequilíbrio orçamental da despesa.....	8
QUADRO 3 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira – Plano de Reestruturação da Dívida (PRD).....	9
QUADRO 4 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita do 3.º trimestre.....	14
QUADRO 5 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita acumulada até ao 3.º trimestre.....	15
QUADRO 6 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Compromissos assumidos.....	21
QUADRO 7 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa do 3.º trimestre.....	22
QUADRO 8 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa acumulada até ao 3.º trimestre.....	23
QUADRO 9 – Análise Patrimonial do Município – Balancete de Setembro de 2018 (resumo).....	30
GRÁFICO 1 – Comparação entre a execução da Receita Corrente e o PAM.....	16
GRÁFICO 2 – Comparação entre a execução da Receita de Capital e o PAM.....	17
GRÁFICO 3 – Estrutura da Receita.....	18
GRÁFICO 4 – Comparação entre a execução da Despesa Corrente e o PAM.....	24
GRÁFICO 5 – Comparação entre a execução da Despesa de Capital e o PAM.....	25
GRÁFICO 6 – Estrutura da Despesa.....	26
GRÁFICO 7 – Evolução dos Saldos.....	28

Introdução

A Lei n.º53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, doravante Lei do FAM, ao aprovar o regime jurídico da recuperação financeira municipal e ao regulamentar o Fundo de Apoio Municipal (FAM), visa estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permita ao Município atingir e respeitar o limite de dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira é obrigado a recorrer ao FAM.

Encontrando-se o Município de Paços de Ferreira em situação de rutura financeira, o mesmo aderiu ao mecanismo previsto na Lei do FAM, nos termos do estipulado normativo referido no parágrafo anterior. O Município apresentou uma proposta de Plano de Ajustamento Municipal (PAM), a 19 de março de 2015, conforme previsto no art.º 24.º da Lei do FAM . Na sequência da análise da DGAL e da Direção Executiva do FAM à referida proposta, o Município apresentou uma nova versão do PAM, em março de 2016, a qual foi avaliada, alterada e aprovada pela Direção Executiva do FAM e mereceu a pronúncia prévia da Comissão de Acompanhamento, nos termos dos art.ºs 9.º e 11.º, respetivamente, ambos da Lei do FAM.

O PAM aprovado tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município, até ao limite previsto no n.º1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Para o cumprimento desse desiderato, foram estabelecidas medidas orçamentais, com limites quantitativos, tanto na receita como na despesa, um plano de reestruturação da dívida, tendo-se vinculado o Município a obrigações de monitorização do cumprimento do PAM e à celebração de um contrato de empréstimo de assistência financeira com o FAM, até ao montante de € 35.985.140,11 (trinta e cinco milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta euros e onze cêntimos), pelo prazo de 20 anos.

O contrato de assistência financeira celebrado entre o Município de Paços de Ferreira e o FAM, assinado a 26 de abril de 2016, foi visado pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto a 1 de junho de 2017.

Introdução

O Município de Paços de Ferreira apresentou, no dia 10 de dezembro de 2018, um relatório para a monitorização do PAM para o 2.º e 3.º trimestres de 2018, bem como os anexos da execução orçamental e execução do plano de reestruturação de dívida (PRD).

Conforme o previsto no n.º 1 do art.º 29.º da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM definir a estrutura da monitorização dos PAM, tendo para o efeito a mesma deliberado na reunião de 28 de outubro de 2016, a estrutura da informação necessária e adequada a prestar pelos Municípios com os contratos PAM e de empréstimo e de assistência financeira visados pelo Tribunal de Contas.

Nos termos da alínea d) e e) do art.º 9.º, da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM monitorizar a execução dos PAM e elaborar o respetivo relatório de acompanhamento. Segundo o disposto no art.º 29.º, do mesmo diploma legal, os Municípios aderentes ao Programa de Ajustamento Municipal têm de reportar a informação necessária à monitorização do referido programa, devendo ainda apresentar um anexo ao relatório de gestão sobre a execução do PAM, onde conste a justificação dos desvios verificados.

Neste sentido, o presente relatório visa a análise do cumprimento e acompanhamento do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira, apresentando-se na primeira parte todas as medidas contidas no PAM, bem como as informações prestadas pelo Município, em sede de monitorização, verificando-se o adequado cumprimento das mesmas. Numa segunda parte, pretende-se analisar a execução orçamental do Município em relação às previsões constantes nos formulários de execução orçamental previstos no PAM, no que respeita à receita, despesa e saldos orçamentais. Finalmente, nas conclusões pretende-se avaliar a execução do Programa e emitir recomendações de ajustamento, tendo em vista a libertação das *tranches* subsequentes do capital referente ao empréstimo de assistência financeira.

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira

1. Reequilíbrio orçamental

1.1. Receita

QUADRO 1 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira – Reequilíbrio orçamental da receita

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Deliberar anualmente a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) à taxa máxima;	Anexo I alínea a)	Medida cumprida
Deliberar anualmente lançar a Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima;	Anexo I alínea b)	Medida não cumprida
Deliberar anualmente fixar a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);	Anexo I alínea c)	Medida parcialmente cumprida
Aplicar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25%, a partir de 2018;	Anexo I alínea d)	Medida cumprida
Não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos no que se refere às taxas de IMI e de derrama;	Anexo I alínea e)	Medida parcialmente cumprida
Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, bem como a abster-se de conceder benefícios durante a vigência do PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o Município;	Anexo I alínea f)	Medida cumprida
Fixar os preços a cobrar nos sectores do saneamento, água e resíduos de acordo com as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM.	Anexo I alínea g)	Medida não cumprida
Adotar as medidas conducentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, aplicação de coimas, instauração de processos de execução fiscal, designadamente no que se refere à arrecadação de receita, com os impactos, por ano, constantes do Mapa 1 em anexo.	Anexo I alínea h)	Medida parcialmente cumprida
Proceder à revisão de todos os regulamentos municipais por forma a adaptá-los à legislação e à atualização anual das tabelas municipais de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente.	Anexo I alínea i)	Medida parcialmente cumprida
Utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento.	Anexo I alínea j)	Medida não aplicável
Efetuar as comunicações legalmente previstas, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas anteriores, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira.	Anexo I alínea k)	Medida cumprida
Informar o FAM acerca do cumprimento das comunicações referidas na alínea anterior, apresentando as evidências de tal cumprimento.	Anexo I alínea l)	Medida cumprida

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira

1. Reequilíbrio orçamental

1.2. Despesa

QUADRO 2 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira – Reequilíbrio orçamental da despesa

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
A não apresentar aumentos de despesa com pessoal superior à taxa de inflação, sem prejuízo dos limites quantitativos estabelecidos quanto à redução do número de funcionários respeitando a legislação vigente (aposentações);	Anexo I alínea m)	Medida cumprida
Não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, bem como a introdução de limites ao número de horas extraordinárias por sectores e reforço dos mecanismos de controlo sobre o pagamento de todo o tipo de abonos variáveis e eventuais;	Anexo I alínea n)	Medida parcialmente cumprida
Promover a racionalização da aquisição de serviços, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, bem como a renegociar os contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia de acordo com os objetivos fixados no Mapa 2.	Anexo I alínea o)	Medida cumprida
Proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos constantes do Mapa 2 em anexo. Porém, apenas poderão ser efectuadas despesas de investimento que permitam garantir a regular conservação e reparação das habitações sociais, dos edifícios e equipamentos municipais, dos arruamentos e vias municipais e dos centros escolares, até ao limite de 16% da	Anexo I alínea p)	Medida cumprida
Promover a racionalização do consumo de eletricidade, bem como a melhoria da eficiência energética nos edifícios municipais e na iluminação pública, através da introdução de tecnologia LED e Telegestão (no âmbito do Portugal 2020), cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2.	Anexo I alínea q)	Medida cumprida
Racionalizar os custos de manutenção preventiva e correctiva, o consumo de água nos edifícios municipais e espaços públicos, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2.	Anexo I alínea r)	Medida cumprida
Renovação da frota de veículos e equipamentos do Município, privilegiando o recurso a modalidades de aquisição que permitam um controlo mais efetivo destas despesas (ex: Renting);	Anexo I alínea s)	Medida parcialmente cumprida
O Município, até ao final de 2017, obriga-se: a apresentar uma nova Norma de Controlo Interno; a implementar a Contabilidade de Custos e a reformular os Procedimentos de Orçamentação;	Anexo I alínea t)	Medida parcialmente cumprida
Análise exaustiva de todos os protocolos existentes no Município, por forma a avaliar a sua pertinência, bem como os termos em que os mesmos foram celebrados;	Anexo I alínea u)	Medida cumprida
Reanálise de todos os regulamentos de atribuição de apoios, tendo em vista a introdução de critérios bastante rigorosos na sua atribuição, bem como na aferição/avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos a alcançar;	Anexo I alínea v)	Medida cumprida
O Município fica condicionado, no que respeita à realização de despesa com aquisição de bens de capital, co financiada por fundos europeus, à efectiva aprovação das candidaturas lançadas no âmbito dos programas nacionais e europeus e ao montante elegível previsto.	Anexo I alínea w)	Medida cumprida

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira

2. Plano de Reestruturação da Dívida (PRD)

QUADRO 3 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira – Plano de Reestruturação da Dívida (PRD)

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do Plano de Reestruturação da Dívida que deste contrato faz parte integrante;	Anexo I alínea x)	Medida não cumprida
Verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente no que se refere aos procedimentos de contratação pública;	Anexo I alínea y)	Medida cumprida
Não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.	Anexo I alínea z)	Medida cumprida

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira

3. Assistência Financeira

3.1. Execução das *tranches*, pagamentos efetuados e amortização de empréstimo.

O FAM transferiu para o Município, no dia 29 de junho de 2017, a quantia de **€ 18.022.914,99**, referente ao primeiro desembolso, ao abrigo do contrato de empréstimo e de assistência financeira, visado pelo Tribunal de Contas em 1 de junho de 2017. Foi efetuado um segundo desembolso, após monitorização do 2.º e 3.º trimestres de 2017, no montante de € 8.550.000,00, e um terceiro desembolso, após monitorização do 4.º trimestre de 2017, no montante de € 2.850.000,00, num total de € 29.422.914,99.

No relatório de monitorização, o Município informou que o montante recebido foi utilizado para efetuar os seguintes pagamentos:

- a) Dívida Financeira - € 6.998.593,87*
- b) Dívida não Financeira (Fornecedores) - € 21.383.337,29

* Segundo informação vinculada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o Município não procedeu, até à presente data, à liquidação dos juros vencidos do empréstimo do PAEL, apurado no montante de € 236.586,86, sobre o montante amortizado com verbas do Contrato de Empréstimo de Assistência Financeira no dia 29 de janeiro de 2018.

Total da dívida paga pelo Município - € 28.391.931,16

Saldo - € 1.060.983,83

Adicionalmente o Município informou que procedeu ao pagamento de € 1.756.955,92, referentes a dívida não financeira (fornecedores), utilizando verbas provenientes da receita própria gerada. No entanto, no período em análise, o Município apenas reportou o montante global de € 28.391.931,16, **detendo em saldo o montante de desembolsos de € 1.060.983,83**.

No período em análise não houve lugar a amortizações por estar a decorrer o período de carência de capital, tendo sido liquidados juros, referentes ao primeiro semestre de 2018, no valor de € 222.006,62.

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

As medidas e as obrigações previstas no PAM refletem-se quantitativamente em metas orçamentais, tanto do lado da receita como da despesa, resultando em objetivos quanto ao saldo (poupança) a obter, tendo em vista assegurar o pagamento dos encargos com o empréstimo contraído ao abrigo da assistência financeira concedida pelo FAM, bem como reduzir o rácio da dívida total do município nos termos programados.

Na presente análise, avalia-se a execução orçamental nas perspetivas trimestral e acumulada. Assim, é feita uma comparação direta entre os montantes previstos no 3.º trimestre do PAM com a execução orçamental do Município, isolada no mesmo período, expurgando-se os valores do 1.º, 2.º e 4.º trimestres.

Na página seguinte, consta um resumo comparativo entre a execução orçamental prevista no PAM e a execução orçamental do Município, verificada até ao 3.º trimestre de 2018, referentes aos principais indicadores da receita.

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

Indicadores da Receita (variação face ao PAM)



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

1. Receita

Em termos globais, a receita efetiva executada, no 3.º trimestre, é superior em cerca de € 13,1 m face à constante do PAM, o que representa um acréscimo de cerca de 0,2%. Em termos acumulados, a receita efetiva executada é também superior em cerca de € 406,3 m face ao PAM.

Em concreto, no que se refere a receita corrente, os valores do trimestre registaram um decréscimo em relação às previsões do PAM, para o mesmo período, apresentado um desvio negativo de 0,5% (€ 31,0 m). O desempenho negativo na execução orçamental da receita neste trimestre deveu-se, essencialmente, à diminuição de receita cobrada de taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços correntes, transferências correntes e outras receitas correntes, face ao previsto.

Em termos acumulados, a receita corrente apresenta um desvio negativo de cerca de € 471,9 m, o que representa um decréscimo de cerca de 2,7%. A execução orçamental das rubricas referentes a impostos indiretos, rendimentos de propriedade e transferências correntes, apresentam desvios positivos em cerca de 73,6% (€ 120,1 m), 2.024,9% (€ 560,3 m) e 1,5% (€ 128,3 m), face ao previsto. **De salientar que, no que respeita às rubricas de impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços e outras receitas correntes, verificou-se um decréscimo de 3,1% (€ 187,0 m), 44,1% (€ 144,6 m), 40,5% (€ 862,5 m) e 58,7% (€ 86,5 m), face ao previsto.**

No que se refere às receitas de capital, os valores do período apresentam uma variação positiva de 11,4% (€ 45,2 m), face às previsões do PAM, tendo sido a rubrica relativa a transferências de capital aquela que mais contribuiu para este aumento. Em termos acumulados, a receita de capital apresenta um desvio também positivo de cerca do € 380,5 m, o que representa um acréscimo de cerca de 7,0%. Os valores constantes no PAM, relativos à receita de passivos financeiros, foram ajustados em conformidade com a libertação da 3.ª tranche do empréstimo de assistência financeira do FAM.

Quanto à execução orçamental da receita total, no período em análise, verifica-se um desvio positivo de 0,2% (€ 14,2 m). Em termos acumulados, a receita total apresenta também um desvio positivo de 1,4%, o que representa um acréscimo de €406,6 m, resultante da inscrição e cobrança do saldo de gerência anterior, decorrente de revisão orçamental realizada sem conhecimento ou parecer do FAM quanto a sua aplicação em despesa face ao previsto no PAM e no Orçamento Municipal.

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

1.1. Receita do 3.º trimestre

QUADRO 4 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita do 3.º trimestre

	2018			
	PAM	Execução	Desvio Execução - PAM	Grau de Execução
Total	6.495.939,78 €	6.510.160,88 €	14.221,10 €	0,2%
⊕ 01 - Impostos Diretos	2.220.131,09 €	2.255.686,18 €	35.555,09 €	1,6%
⊕ 02 - Impostos indirectos	52.270,61 €	127.437,10 €	75.166,49 €	143,8%
⊕ 04 - Taxas, multas e outras penalidades	120.072,44 €	54.701,12 €	-65.371,32 €	-54,4%
⊕ 05 - Rendimentos da propriedade	59,97 €	274.081,40 €	274.021,43 €	456930,8%
⊕ 06 - Transferências correntes	2.927.087,60 €	2.894.182,69 €	-32.904,91 €	-1,1%
⊕ 07 - Venda de bens e serviços correntes	708.650,69 €	435.070,63 €	-273.580,06 €	-38,6%
⊕ 08 - Outras receitas correntes	70.251,82 €	26.352,86 €	-43.898,96 €	-62,5%
⊕ 09 - Venda de bens de investimento	3.264,39 €	5.057,97 €	1.793,58 €	54,9%
⊕ 10 - Transferências de capital	393.438,61 €	435.776,81 €	42.338,20 €	10,8%
⊕ 11 - Ativos financeiros	528,49 €	1.687,50 €	1.159,01 €	219,3%
⊕ 12 - Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 13 - Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	184,07 €	126,62 €	-57,45 €	-31,2%
⊕ 16 - Saldo de gerência anterior	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

1.1. Receita acumulada até ao 3.º trimestre

QUADRO 5 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita acumulada até ao 3.º trimestre

	2018			
	PAM	Execução	Desvio Execução - PAM	Grau de Execução
Total	30.058.064,81 €	30.464.638,35 €	406.573,54 €	1,4%
⊕ 01 - Impostos Diretos	6.022.984,23 €	5.835.942,45 €	-187.041,78 €	-3,1%
⊕ 02 - Impostos indirectos	163.189,20 €	283.291,35 €	120.102,15 €	73,6%
⊕ 04 - Taxas, multas e outras penalidades	327.565,90 €	182.985,49 €	-144.580,41 €	-44,1%
⊕ 05 - Rendimentos da propriedade	27.671,19 €	587.994,99 €	560.323,80 €	2024,9%
⊕ 06 - Transferências correntes	8.641.294,53 €	8.769.640,38 €	128.345,85 €	1,5%
⊕ 07 - Venda de bens e serviços correntes	2.132.034,15 €	1.269.515,58 €	-862.518,57 €	-40,5%
⊕ 08 - Outras receitas correntes	147.420,70 €	60.877,45 €	-86.543,25 €	-58,7%
⊕ 09 - Venda de bens de investimento	8.549,60 €	15.366,62 €	6.817,02 €	79,7%
⊕ 10 - Transferências de capital	1.182.090,63 €	1.558.495,68 €	376.405,05 €	31,8%
⊕ 11 - Ativos financeiros	1.720,54 €	1.987,50 €	266,96 €	15,5%
⊕ 12 - Passivos financeiros	11.400.000,00 €	11.400.000,00 €	0,00 €	0,0%
⊕ 13 - Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	3.544,14 €	598,75 €	-2.945,39 €	-83,1%
⊕ 16 - Saldo de gerência anterior	0,00 €	497.942,11 €	497.942,11 €	-

GRÁFICO 1 – Comparação entre a execução da Receita Corrente e o PAM

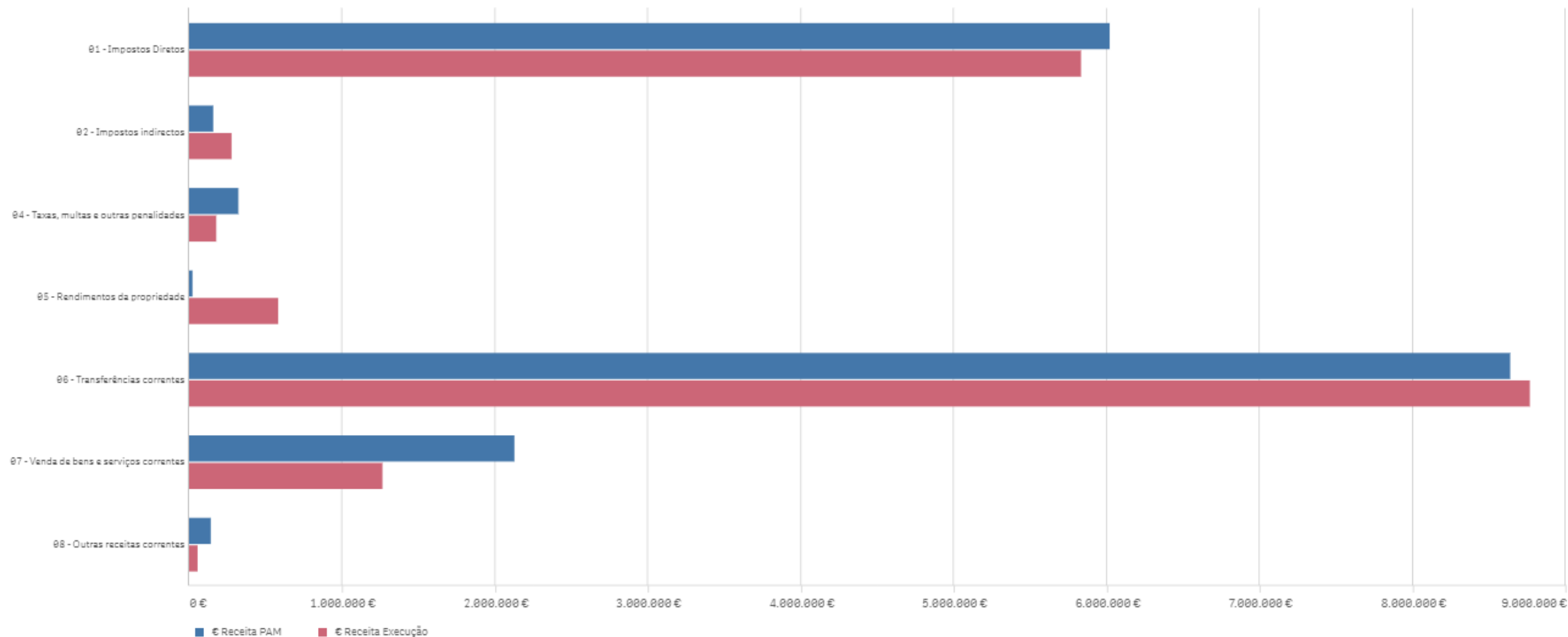


GRÁFICO 2 – Comparação entre a execução da Receita de Capital e o PAM

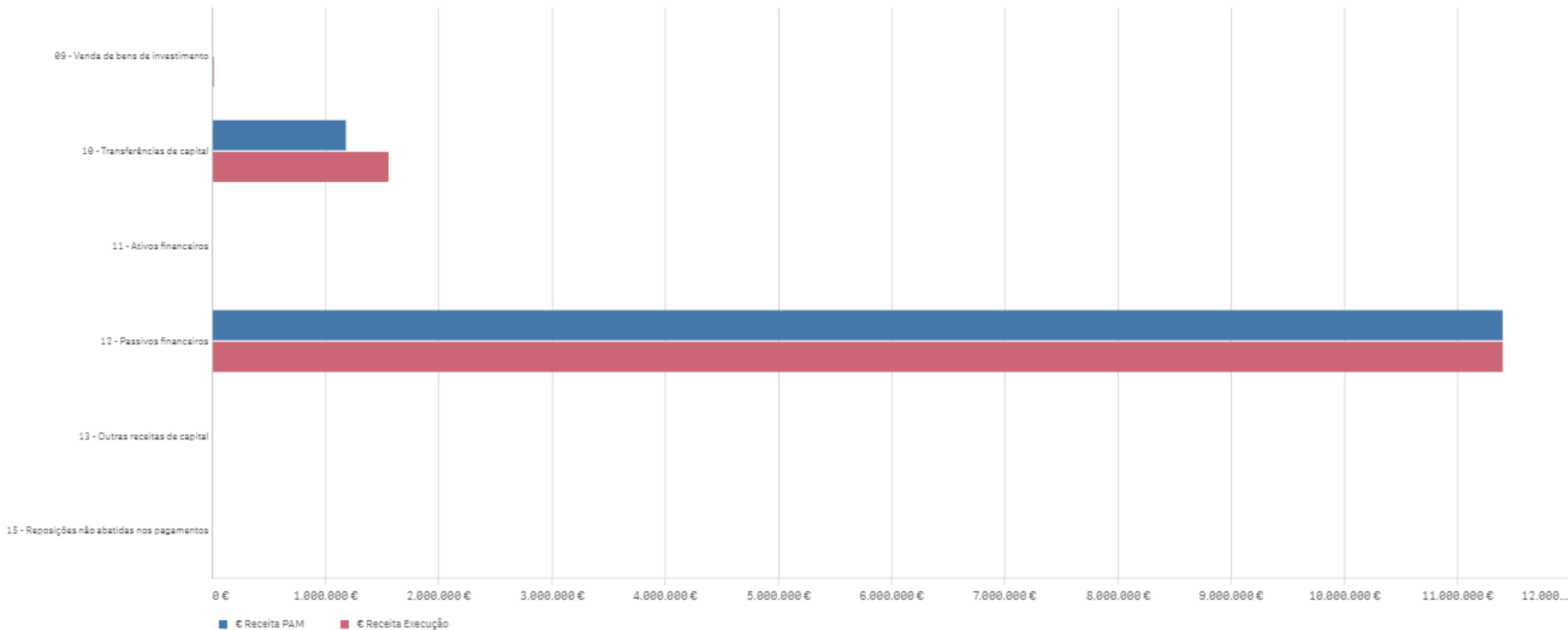
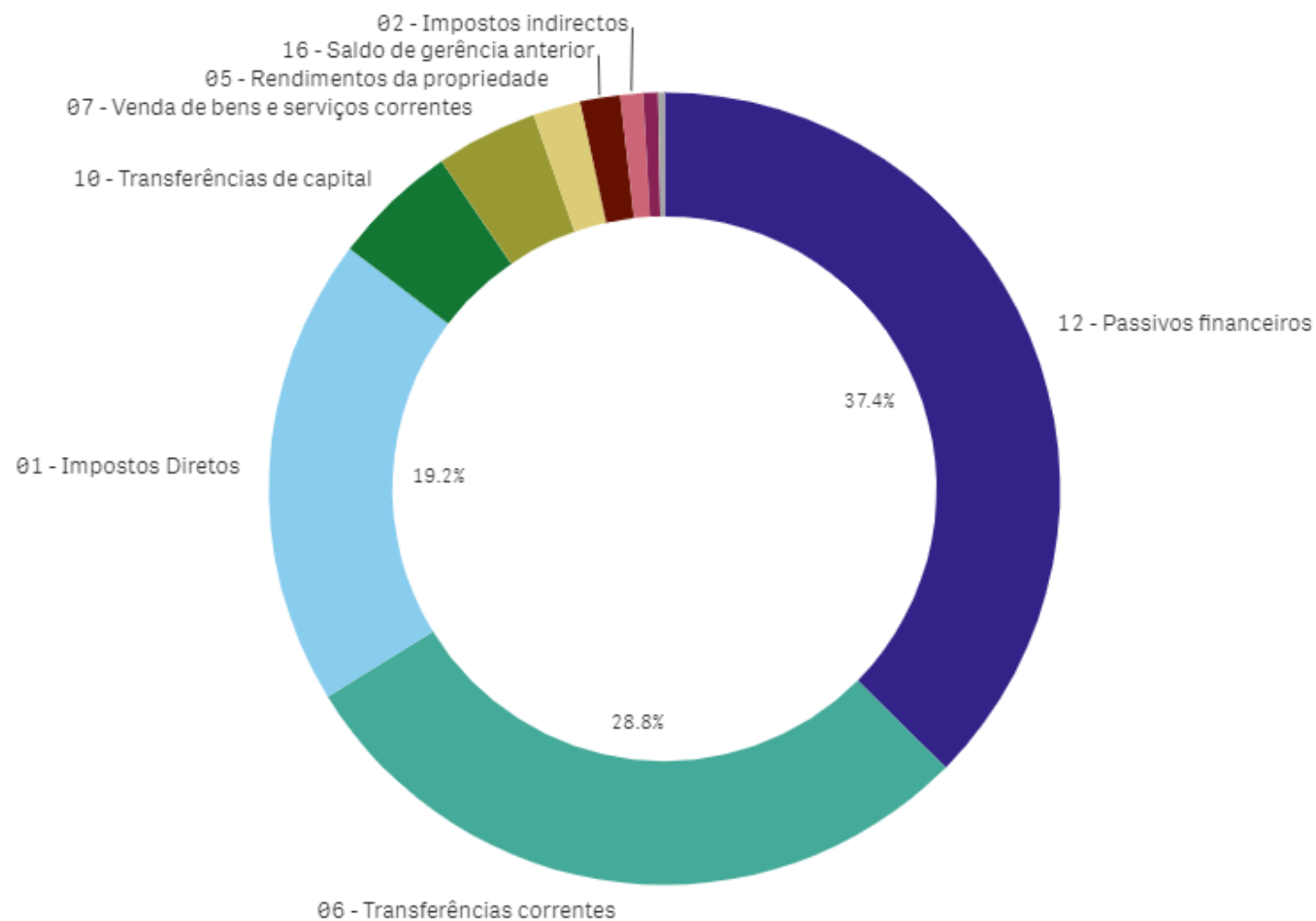
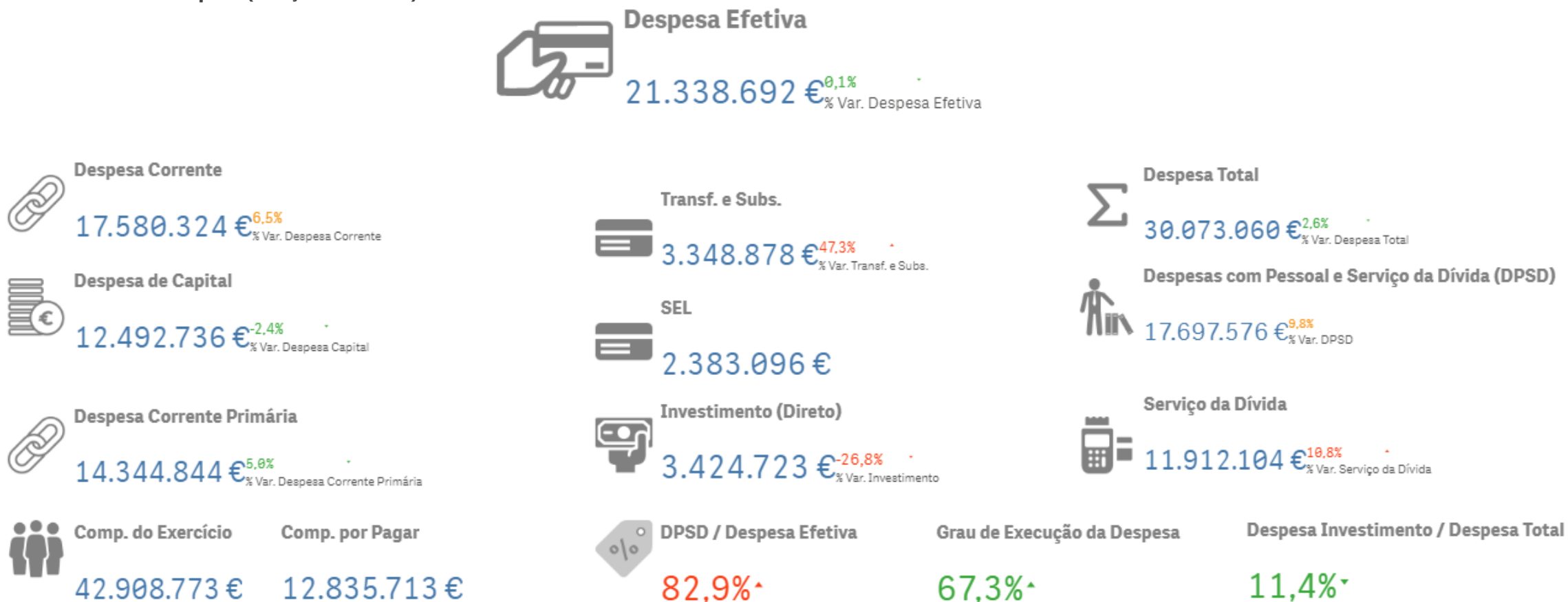


GRÁFICO 3 – Estrutura da Receita



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

Indicadores da Despesa (variação face ao PAM)



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

2. Despesa

No que se refere à despesa efetiva, a execução do 3.º trimestre apresenta um valor inferior ao previsto em PAM, em cerca de € 2,1 M, o que representa um decréscimo de cerca de 25,3%. **Em termos acumulados, a despesa efetiva apresenta um valor superior ao previsto em PAM, em cerca de € 30,1 m, o que representa um acréscimo de 0,1%.**

Sobre as rubricas de "Aquisição de bens e serviços", "Juros e outros encargos", "Aquisição de bens de capital" e "Transferências de capital", verificou-se uma contração da despesa no trimestre, face ao valor previsto no PAM de cerca de 13,4% (€ 286,7 m), 75,9% (€ 668,0 m), 63,8% (€ 1,4 M) e 45,2% (€ 20,4 m), respetivamente.

Relativamente às rubricas "Despesas com o pessoal", "Transferências correntes" e "Outras despesas correntes", as mesmas apresentam desvios de acréscimo de cerca de 6,8% (€ 117,2 m), 13,4% (€ 157,7 m) e 24,2% (€ 13,1 m), face ao PAM para o mesmo período, respetivamente. A despesa corrente do Município apresenta, no período em análise, um desvio positivo (decréscimo de despesa) de cerca de 11,2% (€ 666,7 m).

Em termos acumulados, a despesa corrente apresenta um desvio negativo (acréscimo de despesa) de cerca de 6,5% (€ 1,1 M).

As rubricas que mais contribuíram para o acréscimo verificado foram "Despesas com o pessoal", "Juros e outros encargos", "Transferências correntes" e "Outras despesas correntes", apresentando montantes superiores em cerca de € 415,9 m (7,7%), € 395,3 m (13,9%), € 871,1 m (40,6%) e € 305,1 m (181,3%), respetivamente.

Relativamente às despesas de capital, no período em análise, verifica-se um decréscimo de 57,1% (€ 1,4 M), face ao valor previsto. **Em termos acumulados, a execução da despesa de capital apresenta um desvio positivo (decréscimo de despesa) de cerca de € 304,8 m (2,4%). Para a diminuição verificada, a rubrica "Aquisição de bens de capital" foi aquela que originou o maior impacto, 26,8 % (€ 1,3 M).**

Relativamente à despesa total, a execução do 3.º trimestre revela um desvio positivo (decréscimo de despesa) de cerca de 24,6% (€ 2,1 M), face ao previsto no PAM. **Em termos acumulados, a execução da despesa total apresenta um desvio negativo (acréscimo de despesa), de cerca de 2,6% (€ 773,0 m).**

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

2. Despesa

Sobre os compromissos registados pelo Município, para o corrente ano, verifica-se que o montante de cerca de € 42.908.773, decorre, em parte, da dívida não financeira por liquidar nos próximos desembolsos do Contratado de Empréstimo de Assistência Financeira, sendo que os montantes totais registados estão dentro dos limites de despesa previstos no PAM.

QUADRO 6 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Compromissos assumidos

	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos – Exercício	Compromissos Assumidos – Exercícios Futuros	Despesas Pagas
Total	44.707.970,66 €	42.908.773,06 €	77.338.692,69 €	30.073.059,94 €
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	8.403.326,18 €	8.200.801,87 €	8.031.960,00 €	5.785.471,81 €
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	8.184.974,02 €	8.001.788,70 €	9.191.832,78 €	5.070.746,77 €
⊕ 03 - Juros e outros encargos	4.337.287,22 €	4.331.043,56 €	6.767.820,12 €	3.235.480,05 €
⊕ 04 - Transferências correntes	4.133.585,67 €	3.921.021,31 €	735.417,62 €	3.015.233,88 €
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 06 - Outras despesas correntes	1.743.507,40 €	1.740.804,39 €	364.030,00 €	473.391,29 €
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	7.587.282,73 €	7.053.519,99 €	5.486.763,44 €	3.424.723,48 €
⊕ 08 - Transferências de capital	595.808,79 €	337.594,60 €	0,00 €	333.644,47 €
⊕ 09 - Activos financeiro	515.488,75 €	115.488,75 €	115.488,75 €	57.744,38 €
⊕ 10 - Passivos financeiros	9.206.709,90 €	9.206.709,89 €	46.645.379,98 €	8.676.623,81 €
⊕ 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

2.1. Despesa do 3.º trimestre

QUADRO 7 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa do 3.º trimestre

	⊕ 2018			
	PAM	Execução	Desvio Execução-PAM	Grau de Execução
Total	8.444.428,43 €	6.368.790,51 €	-2.075.637,92 €	-24,6%
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	1.729.146,72 €	1.846.365,55 €	117.218,83 €	6,8%
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	2.138.517,45 €	1.851.839,47 €	-286.677,98 €	-13,4%
⊕ 03 - Juros e outros encargos	880.091,27 €	212.092,82 €	-667.998,45 €	-75,9%
⊕ 04 - Transferências correntes	1.175.761,31 €	1.333.417,15 €	157.655,84 €	13,4%
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 06 - Outras despesas correntes	53.942,85 €	67.003,13 €	13.060,28 €	24,2%
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	2.175.304,61 €	786.660,00 €	-1.388.644,61 €	-63,8%
⊕ 08 - Transferências de capital	45.120,93 €	24.730,77 €	-20.390,16 €	-45,2%
⊕ 09 - Activos financeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 10 - Passivos financeiros	246.543,29 €	246.681,62 €	138,33 €	0,1%
⊕ 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

2.1. Despesa acumulada até ao 3.º trimestre

QUADRO 8 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa acumulada até ao 3.º trimestre

	⊕ 2018			
	PAM	Execução	Desvio Execução-PAM	Grau de Execução
Total	29.300.028,66 €	30.073.059,94 €	773.031,28 €	2,6%
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	5.369.600,81 €	5.785.471,81 €	415.871,00 €	7,7%
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	5.980.315,01 €	5.070.746,77 €	-909.568,24 €	-15,2%
⊕ 03 - Juros e outros encargos	2.840.167,57 €	3.235.480,05 €	395.312,48 €	13,9%
⊕ 04 - Transferências correntes	2.144.169,45 €	3.015.233,88 €	871.064,43 €	40,6%
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 06 - Outras despesas correntes	168.287,93 €	473.391,29 €	305.103,36 €	181,3%
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	4.675.809,02 €	3.424.723,48 €	-1.251.085,54 €	-26,8%
⊕ 08 - Transferências de capital	129.355,84 €	333.644,47 €	204.288,63 €	157,9%
⊕ 09 - Activos financeiro	76.992,00 €	57.744,38 €	-19.247,62 €	-25,0%
⊕ 10 - Passivos financeiros	7.915.331,03 €	8.676.623,81 €	761.292,78 €	9,6%
⊕ 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-

GRÁFICO 4 – Comparação entre a execução da Despesa Corrente e o PAM

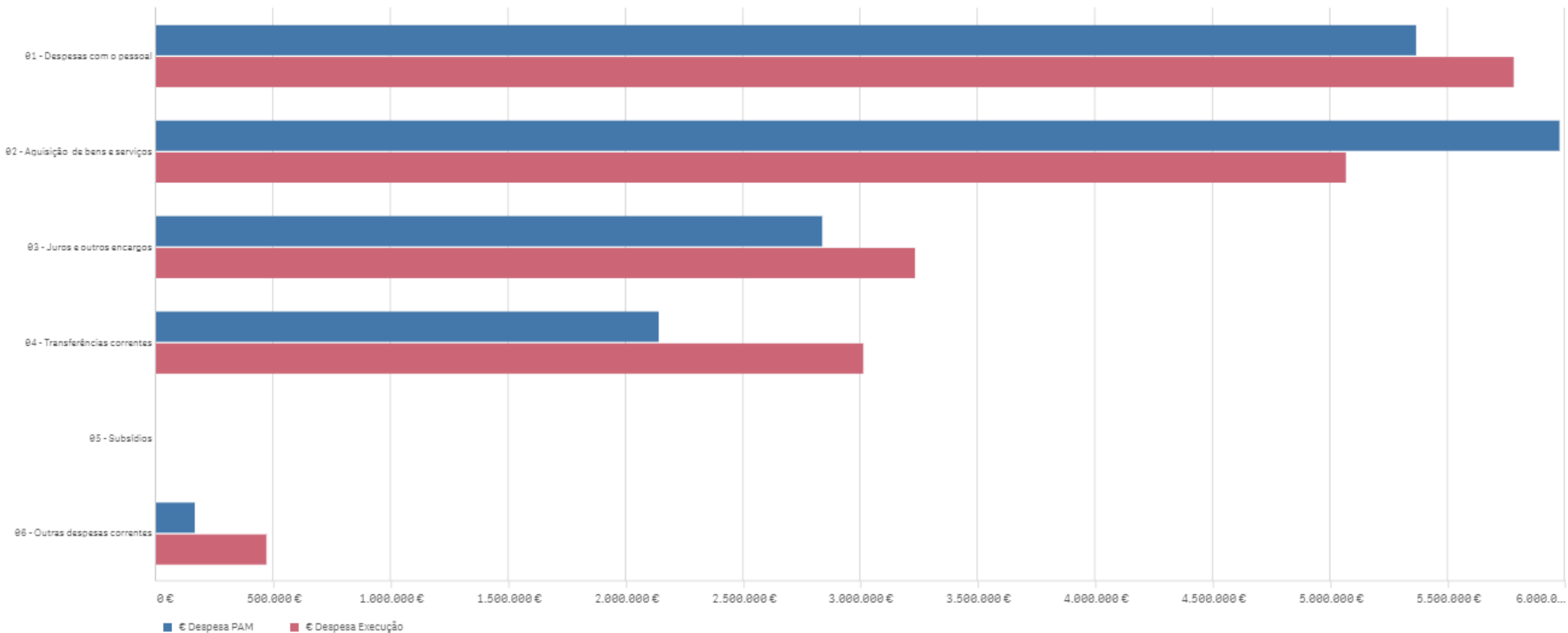


GRÁFICO 5 – Comparação entre a execução da Despesa de Capital e o PAM

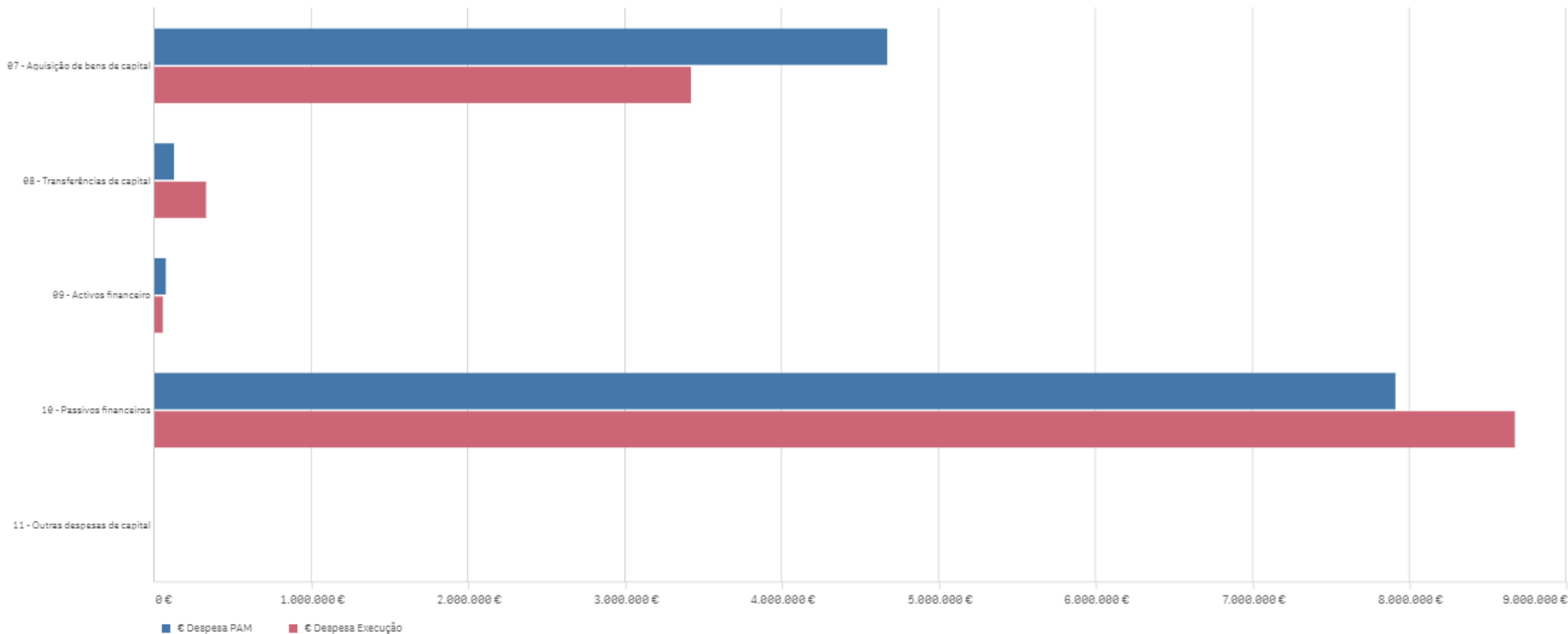
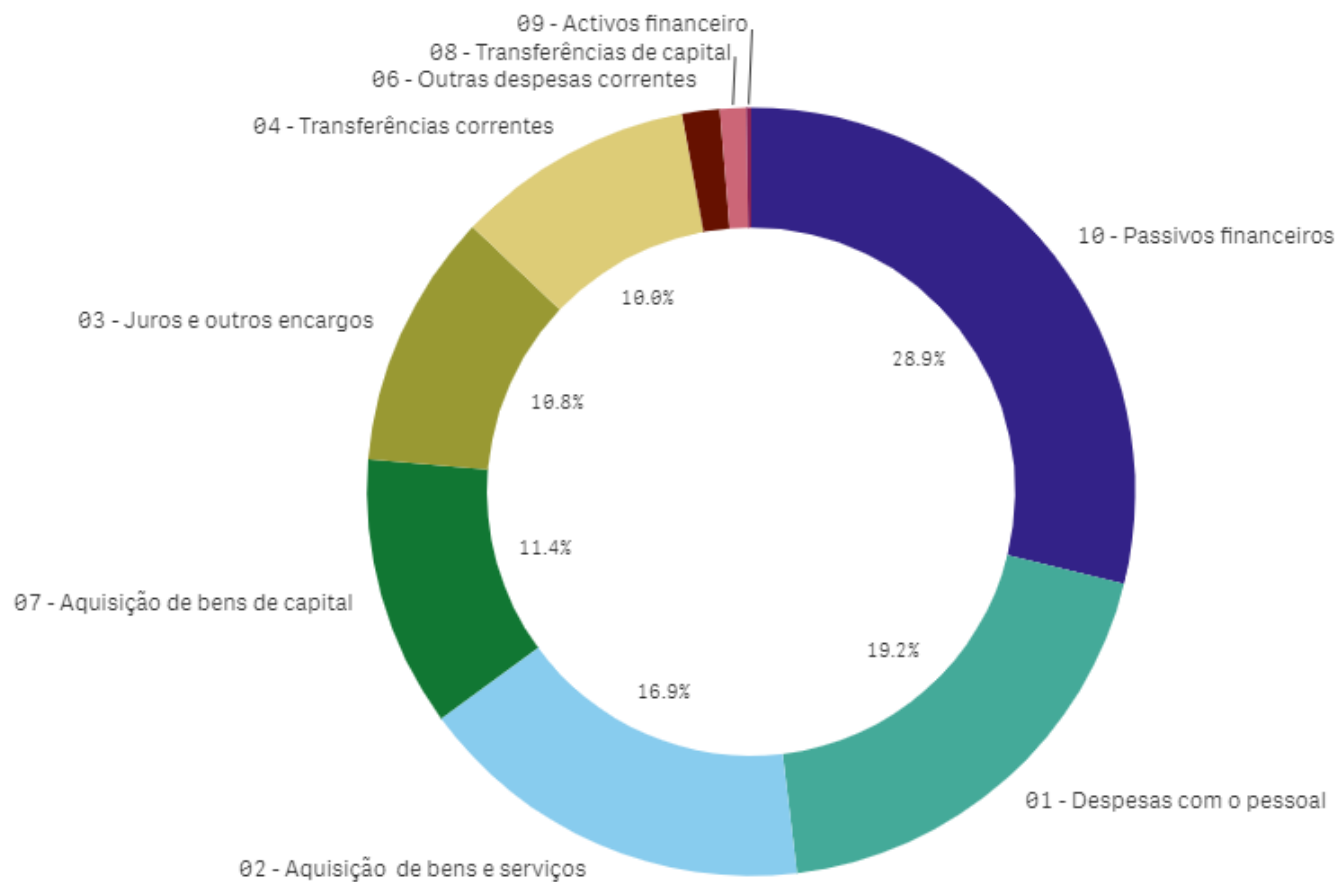


GRÁFICO 6 – Estrutura da Despesa



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

Indicadores Mistos e de Saldos (variação face ao PAM)



Saldo Primário Efetivo

461.497 € ^{272.691 €} [▲]
€ Var. Saldo Primário Efetivo



Saldo Total

-106.364 € ^{-864.400 €} [•]
€ Var. Saldo Total

Saldo Global Efetivo

-2.773.983 € ^{-122.622 €} [•]
€ Var. Saldo Global Efetivo



DPSD / Receita Efetiva

95,3% ^{8,9%}
% Var. DPSD / Receita Efetiva



DPSD / Receitas Regulares

117,9% ^{15,0%} [•]
% Var. DPSD / Rec. Regulares



Transf. e Subs. / Receita Efetiva

18,0% ^{5,9%}
% Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva



Taxa de comparticipação fin. comunitário

30,2% ^{17,4%} [•]
% Var. Taxa Comparticipação



Despesa Corrente / Receitas Regulares

117,1% ^{11,8%} [•]
% Var. Desp. Corrente / Rec. Regulares



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

18,4% ^{-6,6%} [•]
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva



Cobertura de Comp. por Receitas Regulares

35,0%



Poupança Corrente / Despesa Investimento

-17,2% ^{37,8%} [•]
% Var. Poup. Corrente / Desp. Invest.



Poupança Corrente (Saldo Corrente)

-590.076 € ^{-1.549.695 €} [•]
€ Var. Saldo Corrente



Saldo de Capital

483.712 € ^{685.295 €} [•]
€ Var. Saldo de Capital



Equilíbrio Orçamental

-13.942.794 € ^{-61,8%} [•]
% Equilíbrio Orçamental

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), acumulada até ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM

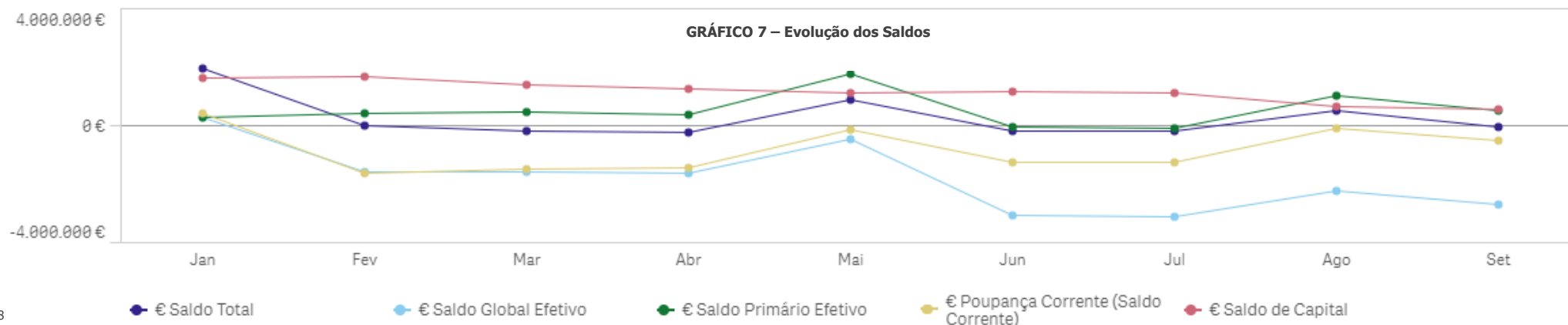
3. Saldos

Na perspetiva do FAM, os municípios aderentes aos PAM devem gerar excedentes orçamentais, tendo em vista a redução gradual do rácio da dívida total para que esta se venha a situar abaixo do limite legalmente previsto. Este indicador, no atual enquadramento, é considerado como crítico, em termos da análise da sustentabilidade das finanças do Município, sendo que esta só se poderá avaliar numa perspetiva dinâmica e não meramente estática.

Os saldos apurados no 3.º trimestre apresentam, no seu conjunto (saldo total), um valor negativo em cerca de € 106.364, correspondendo a uma variação de € 864.400, abaixo do previsto no PAM.

O saldo global efetivo apresenta um desvio negativo, face ao PAM de € 122.622 (€ -2.651.361 versus € -2.773.983). O saldo corrente apresenta uma variação negativa de cerca de € 1.549.695, face ao previsto no PAM. No entanto, o saldo primário efetivo e o saldo de capital apresentam desvios positivos de cerca de € 1.549.695 e de € 685.295, face ao previsto no PAM.

O equilíbrio orçamental calculado, apesar de estar negativo em cerca de 61,8%, face à receita corrente cobrada no exercício de 2017, está dentro dos parâmetros previstos, na medida em que o Município está em processo de ajustamento financeiro, pois com os dados disponíveis prevê-se uma tendência de subida do indicador no futuro.



III. Análise Patrimonial do Município até ao 3.º trimestre de 2018

1. Balancete de Setembro de 2018 (resumo)

Relativamente ao balancete do Município, a 31 de março de 2018, importa referir o seguinte:

a) O Município apresenta, no orçamento para 2017, nas contas de receita e despesa, o montante de € 44.668.760 e nas contas de orçamento e compromissos de exercícios futuros o montante de € 77.338.693;

De referir ainda que, no corrente exercício, na conta de dotações disponíveis, o Município apresenta o montante de € 193.849, um total de compromissos de € 42.908.773 e o montante de dotação cabimentada e não comprometida de € 1.566.138;

b) Na conta de disponibilidades, o Município detém, em saldo devedor, o montante de € 1.387.188, registando cerca de € 11.837 em caixa e o restante em depósitos em instituições financeiras;

c) Na conta referente a terceiros, o Município apresenta um saldo credor de cerca de € 148.954.524, correspondendo em grande parte a dívidas a fornecedores, a empréstimos obtidos, outros devedores e credores, acréscimos e deferimentos e provisões;

d) Na conta de existências, verifica-se um saldo devedor de € 210.984, relativo, maioritariamente, a matérias-primas, subsidiárias e de consumo;

e) Na conta do imobilizado, o Município apresenta um saldo devedor de € 195.426.758, sendo em grande parte referente a investimentos financeiros, imobilizações corpóreas, imobilizações em curso e bens de domínio público. As amortizações acumuladas do período e as provisões para investimentos financeiros, apresentam os montantes de € 34.878.355 e € 622.446, respetivamente;

f) Relativamente ao fundo patrimonial, o Município apresenta um saldo credor de cerca de € 45.747.330;

III. Análise Patrimonial do Município até ao 3.º trimestre de 2018

1. Balancete de Setembro de 2018 (resumo)

g) Os custos e perdas apresentam um valor de € 14.081.192, destacando-se os custos como pessoal, fornecimentos e serviços externos, transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e amortizações do exercício, que totalizam um montante de € 12.543.863;

h) No que diz respeito aos proveitos e ganhos, verifica-se um saldo credor de € 16.404.269, destacando-se os proveitos com estudos, projetos e assistência tecnológica, com um montante de € 9.142.928, impostos e taxas, com o valor de € 4.581.683, proveitos e ganhos financeiros, com um montante de € 613.693, proveitos e ganhos extraordinários, com o valor de € 895.072 e as vendas e prestações de serviços o montante de € 1.119.776.

No Anexo II, é apresentado o balancete desagregado a 30 de setembro de 2018

QUADRO 7 – Análise Patrimonial do Município – Balancete de Setembro de 2018 (resumo)

	€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
Total	1.077.396.724,12 €	1.077.396.724,12 €	35.345.056,79 €	35.345.056,79 €	1.112.741.780,91 €	1.112.741.780,91 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 0 - Contas Do Controlo Orçamental E De Ordem	559.982.715,08 €	559.982.715,08 €	17.337.686,41 €	17.337.686,41 €	577.320.401,49 €	577.320.401,49 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 1 - Disponibilidades	75.924.188,79 €	74.084.825,59 €	6.768.356,32 €	7.292.451,41 €	82.684.465,11 €	81.297.277,00 €	1.387.188,11 €	0,00 €
⊕ 2 - Terceiros	144.172.139,94 €	294.321.314,96 €	9.886.487,92 €	8.691.836,45 €	154.058.627,86 €	303.013.151,41 €	0,00 €	148.954.523,55 €
⊕ 3 - Existências	848.374,81 €	622.080,31 €	86.797,95 €	94.187,32 €	927.171,96 €	716.187,63 €	210.984,33 €	0,00 €
⊕ 4 - Imobilizações	231.810.196,84 €	36.541.054,75 €	157.616,41 €	0,00 €	231.967.812,45 €	36.541.054,75 €	195.426.757,70 €	0,00 €
⊕ 5 - Fundo Patrimonial	46.486.765,83 €	91.656.271,61 €	0,00 €	577.824,57 €	46.486.765,83 €	92.234.096,18 €	0,00 €	45.747.330,35 €
⊕ 6 - Custos E Perdas	14.980.554,35 €	1.996.463,72 €	1.099.961,00 €	2.859,96 €	16.080.515,95 €	1.999.323,68 €	14.081.192,27 €	0,00 €
⊕ 7 - Proveitos E Ganhos	1.162.589,45 €	16.234.717,47 €	16.150,18 €	1.348.210,67 €	1.178.659,63 €	17.582.928,14 €	0,00 €	16.404.268,51 €
⊕ 8 - Resultados	2.037.360,63 €	2.037.360,63 €	0,00 €	0,00 €	2.037.360,63 €	2.037.360,63 €	0,00 €	0,00 €

III. Análise Patrimonial do Município até ao 3.º trimestre de 2018

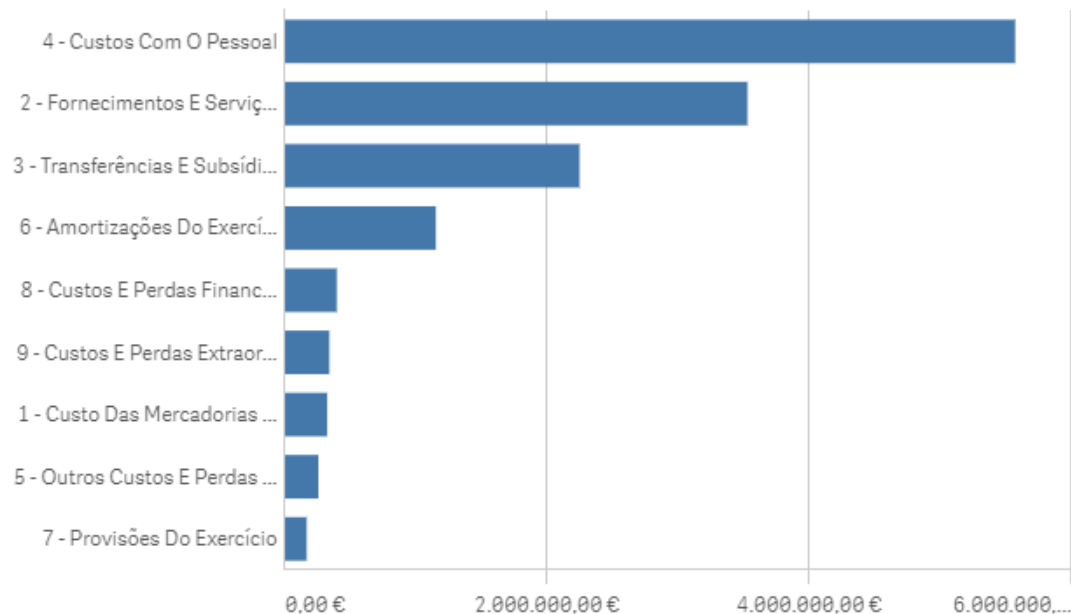
Indicadores Patrimoniais



	Entregue
Ativo Líquido Total	201.428.819,13 €
Ativo Fixo	195.426.757,70 €
Ativo Fixo - Domínio Público	57.681.223,08 €
Ativo Fixo - Partes de Capital	13.012.372,47 €
Ativo Circulante	2.521.817,93 €
Ativo Circulante - Disponibilidades	1.387.188,11 €
Ativo Circulante - Acréscimos e Diferimentos	3.480.243,50 €
Fundos Próprios	45.747.330,35 €
Resultados Transitados	-43.871.580,63 €
Resultado Líquido do Exercício	0,00 €
Passivo	106.511.558,77 €
Provisões	51.037.599,98 €
Dívidas a Terceiros	53.265.683,19 €
Acréscimos e Diferimentos	53.245.875,58 €



Principais custos



III. Análise Patrimonial do Município até ao 3.º trimestre de 2018

2. Indicadores Patrimoniais

No que respeita aos indicadores patrimoniais, verifica-se que o rácio de solvabilidade se encontra em 42,0%, pelo que o passivo existente se encontra coberto por cerca de 2/5 dos fundos próprios.

Relativamente ao rácio de autonomia financeira, encontra-se em 22,7%, pelo que o Município tem uma limitação condicionada na medida em que o ativo é suportado apenas por cerca de 1/4 dos fundos próprios.

Relativamente aos resultados transitados, o Município apresenta um valor negativo no montante € 43.871.581.

Analisando os custos do Município, durante o exercício, constata-se que o pessoal tem o valor mais elevado, cerca de € 5,6 M. O fornecimento e serviços externos apresentam cerca de € 3,5 M. As transferências e subsídios correntes concedidos e as amortizações do exercício, apresentam também valores elevados, cerca de € 2,3 M e € 1,2 M, respetivamente.

IV. Análise do Endividamento do Município até ao 3.º trimestre de 2018



Dívida Total Relevante

47.324.592 €



Dívida Financeira e não Financeira

45.611.620 €



Dívida Financeira

41.263.141 €



Dívida não Financeira

4.348.480 €



Limite da Dívida Total

32.820.281 €



Média da receita corrente cobrada líquida

21.880.187 €



Encargo da Dívida

55,8%



Rácio da Dívida Total

208,5%



Variação de PMP (dias)

-131²⁴⁰
dias (CY)



Amortizações

8.676.624 € 9,6%
% Var. Amortizações

IV. Análise do Endividamento do Município até ao 3.º trimestre de 2018

1. Endividamento

Quanto ao apuramento dos indicadores da dívida total do Município, estes são calculados com base nos dados da prestação de contas do último exercício, sendo que o valor disponível da dívida total relevante, reportado a 30 de setembro de 2018, é no montante de € 47.324.592.

O limite da dívida total e a média da receita corrente cobrada líquida, apurados a 31 de dezembro de 2017, são, respetivamente de € 32.820.281 e € 21.880.187.

O rácio da dívida total do município situa-se em 208,5%, verificando-se a tendência de redução referida no relatório de monitorização.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores, **houve variação positiva (decréscimo do PMP)**, de 131 dias face ao trimestre anterior, sendo expectável que **este valor normalize após o pagamento, através do recurso aos desembolsos do FAM, das dívidas não financeiras vencidas.**

O valor das amortizações registadas foi elevado, com um desvio de acréscimo de cerca de 9,6%, na medida em que está em curso o processo de reestruturação de dívida financeira à banca, conforme previsto no Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira.

Os encargos com a dívida apresentam, um rácio de cerca de 55,8%, resultante do procedimento de reestruturação de dívida financeira.

V. Conclusões

Após a análise detalhada, no que se refere ao cumprimento das **medidas contratualizadas no PAM**, referentes ao equilíbrio orçamental, conclui-se que:

1. As medidas previstas quanto à execução da receita foram total ou parcialmente cumpridas, **à exceção das medidas relativas à aplicação da taxa máxima da derrama**, na medida em que o Município reportou, tal como no relatório anterior, que aplicará uma taxa reduzida de 0,5%, para sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os € 150.000, no período anterior, **e no que se refere à fixação dos preços a cobrar nos setores do saneamento, água e resíduos de acordo com as recomendações da entidades reguladora**, em que o município não declarou no relatório de monitorização o cumprimento da referida medida. Relativamente à medida de aplicação da taxa máxima de IMI, o Município recorreu ao disposto no n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual, que prevê quando a aplicação da referida medida implique um aumento superior em 50% da taxa em vigor à data de apresentação do PAM, a medida pode ser realizada em 2 anos. No primeiro ano de vigência do PAM o Município deliberou um aumento de 0,025%, passando para a taxa de IMI de 0,325%. Assim o cumprimento integrar da medida ocorrerá com a deliberação de aplicação da taxa máxima em vigor (0,45%), para o ano de 2019.

2. Do lado da despesa, as medidas foram total ou parcialmente cumpridas. Importa, no entanto, referir, tal como reportado no relatório anterior, que existem medidas cuja aplicação dependem da elaboração de regulamentos que estão em curso ou em aprovação.

3. Sobre o Plano de Reestruturação da Dívida (PRD), as medidas previstas foram totalmente cumpridas, à exceção da medida que visa o respeito aos acordos de reestruturação de dívida com os credores, na medida em que não ficou evidenciado o cabal cumprimento dos pagamentos conforme a ordenação estabelecida no Anexo A ao Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira, objeto de visto do Tribunal de Contas. Relativamente à reestruturação da dívida financeira, e segundo informação vinculada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o Município não procedeu, até à presente data, à liquidação dos juros vencidos do empréstimo do PAEL, apurado no montante de € 236.586,86, sobre o montante amortizado com verbas do Contrato de Empréstimo de Assistência Financeira no dia 29 de janeiro de 2018. No entanto, no período em análise, o Município apenas reportou o montante global de € 28.391.931,16, **detendo em saldo o montante de desembolsos de € 1.060.983,83**

4. As medidas previstas no PAM não se encontram totalmente cumpridas, devendo o Município proceder às correções identificadas no presente relatório.

Analisados os dados relativos à execução orçamental, bem como o relatório do Município sobre a monitorização do 3.º trimestre de 2018 do PAM, **são observados desvios negativos face ao previsto para o período em análise, devendo estes serem corrigidos no período seguinte, considerando-se assim que o programa não se encontra, na presente data, integralmente cumprido.**

V. Conclusões

No que se refere à Análise da Execução Orçamental, acumulada ao 3.º trimestre de 2018, face à previsão de execução prevista no PAM:

- i) **A receita total apresenta um desvio positivo de cerca de 1,4%, no montante de € 406,5 m, decorrente maioritariamente da integração do saldo de gerência anterior (€ 497,9 m). Expurgando o efeito da integração do referido saldo, o desvio na receita total é negativo em 0,3 % (€ 91,4 m);**
- ii) **A despesa total apresenta um acréscimo face ao PAM, em de cerca de 2,6% (€ 773,0 m).** Verifica-se a existência de um saldo de cerca de € 1,1 M, relativo aos desembolsos do FAM. Considerando o acréscimo deste saldo ao valor da despesa executada, o desvio indicado, na despesa total, seria de, aproximadamente, de € 1,8 M.
- iii) Os saldos apurados, mesmo expurgados dos dois efeitos identificados nas alíneas anteriores, registam desvios negativos face à meta do PAM. **O saldo global efetivo apresenta um desvio negativo, face ao PAM, de € 122.622, e o saldo total de - € 864.400.**

Face aos desvios negativos verificados no final do terceiro trimestre, deverá o Município tomar, desde já, medidas de contenção e correção no trimestre subsequente de forma a cumprir os objetivos de reequilíbrio e orçamentais do FAM.

Neste sentido, **considera-se que as metas traçadas para a execução orçamental foram parcialmente cumpridas, carecendo de ajustamentos no próximo período.**

VI. Proposta

Face ao exposto, **a Direção Executiva do FAM ao elaborar o presente relatório**, referente ao cumprimento das obrigações decorrentes do PAM do Município de Paços de Ferreira, **considera que as mesmas foram parcialmente cumpridas**, sem prejuízo dos desvios acima identificados, **tendo o Município abdicado da última tranche**, no valor de **€ 2.850.000,00**.

Relativamente ao Plano de Reestruturação de Dívida (PRD), não financeira, **deverá o Município proceder a uma circularização dos montantes inscritos no Anexo A ao Contrato de Empréstimo de Assistência Financeira e proceder à liquidação do montante de juros referentes ao empréstimo do PAEL**.

Lisboa, 17 de dezembro de 2018,

A Direção Executiva,

Glossário de termos das finanças públicas

Ajustamento orçamental: Um ajustamento orçamental é um processo de redução do défice orçamental das Administrações Públicas, medido em termos estruturais, por via de medidas discricionárias de política orçamental. O ajustamento orçamental corresponde à correção efetuada ao saldo estrutural primário.

Amortização ou reembolso da dívida pública: A amortização ou reembolso da dívida pública corresponde ao pagamento do capital em dívida. A amortização pode ser total, se todo o capital em dívida for reembolsado, ou parcial, se apenas parte do capital em dívida for pago.

Ativos financeiros: Os ativos financeiros representam benefícios ou uma série de benefícios futuros para os seus detentores, que se concretizam através de meios de pagamento. Os ativos financeiros compreendem os meios de pagamento, créditos financeiros e ativos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. No lado da receita os ativos financeiros correspondem operações de venda e amortização de crédito, designadamente de obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos. No lado da despesa correspondem a operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

Derrama municipal: A derrama municipal incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), correspondendo à proporção do rendimento gerado na área geográfica de cada município por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Despesas com pessoal: Ver: Remunerações dos empregados

Despesa corrente: As despesas correntes correspondem a um dos subagregados da despesa pública refletindo genericamente os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas. Na ótica de contas nacionais, a despesa corrente é composta por despesas com pessoal, consumo intermédio, prestações sociais, subsídios, juros e outra despesa corrente.

Despesa corrente primária: A despesa corrente primária corresponde à despesa corrente antes de juros.

Despesa de capital: A despesa de capital compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento: formação bruta de capital e aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos. Em contabilidade pública o conceito de despesa de capital inclui ainda as aquisições de ativos e passivos financeiros.

Despesa efetiva [conceito de contabilidade pública]: O conceito de despesa efetiva, utilizado na ótica da contabilidade pública, corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, ou seja à soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”. No caso do subsector Estado, é também excluída a transferência de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Despesa primária: A despesa primária é a despesa antes de juros. Em contabilidade pública trata-se da despesa efetiva antes de juros e outros encargos da dívida.

Glossário de termos das finanças públicas

Despesa total [conceito de contabilidade pública]: Na ótica da contabilidade pública a “despesa total” ou “despesa orçamental” compreende todos os gastos que assumam expressão orçamental. Neste âmbito identifica-se toda e qualquer transação com ativos e passivos financeiros (despesa não efetiva), bem como todas as outras transações relacionadas com a aquisição de bens e serviços, juros, subsídios, prestações sociais, remunerações, investimentos (despesa efetiva).

Dívida não financeira: A dívida não financeira corresponde à dívida de natureza comercial e administrativa, integrada no passivo, em virtude de já se encontrar vencida ou porque deva ser liquidada até doze meses após a data do balanço.

Dívida total [municipal]: A dívida total de operações orçamentais dos municípios engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas por iniciativa dos próprios municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

Dotação corrigida: A dotação corrigida corresponde aos recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais (reforços e/ou anulações) que entretanto tenham ocorrido.

Encargos da dívida [conceito de contabilidade pública]: Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

Esforço orçamental: O esforço orçamental corresponde à melhoria (ou correção) do saldo estrutural.

Execução orçamental: A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento de despesas previstas no Orçamento do Estado.

Grau de execução: Indicador, expresso em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou alterado.

Limite da dívida total [municípios]: O limite da dívida total diz respeito ao limite definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece que a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades do sector empresarial local, não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Receita efetiva [conceito de contabilidade pública]: A receita efetiva corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido. No caso do subsector Estado, corresponde à soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”; nos restantes subsectores exclui-se também os “saldos da gerência anterior”.

Receita fiscal: A receita fiscal corresponde ao total das prestações pecuniárias de natureza corrente, definitivas, com carácter coercivo e unilateral, de que são beneficiários o Estado, uma Autarquia Local ou outro ente público. Constituem exemplos as receitas obtidas dos impostos sobre o rendimento, dos impostos sobre os bens e serviços, sobre o património e outros impostos.

Receita fiscal municipal: A receita fiscal municipal é a receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura da liquidação.

Receita própria: A receita própria são cobranças efetuadas pelos serviços ou organismos, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos. Constituem exemplos as taxas moderadoras, propinas, taxas de justiça e emolumentos.

Glossário de termos das finanças públicas

Recuperação financeira municipal: A situação de recuperação financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total (ver “Limite da Dívida Total”) do município seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Remunerações dos empregados: As remunerações dos empregados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência. As remunerações dos empregados subdividem-se em: a) ordenados e salários; ordenados e salários em dinheiro; ordenados e salários em espécie; b) contribuições sociais dos empregadores podendo estas ser efetivas ou imputadas. Outra designação comum é “despesas com pessoal”.

Reposições abatidas nos pagamentos: As reposições abatidas nos pagamentos correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

Reposições não abatidas nos pagamentos [conceito de contabilidade pública]: As reposições não abatidas nos pagamentos correspondem a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo referentes a pagamentos orçamentais ocorridos em anos anteriores, que sejam indevidos ou que não tenham sido utilizados pelas entidades que receberam essa receita.

Rutura financeira (Administração Local): Nos termos da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Saldo corrente: O saldo corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de capital: O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global ou saldo das Administrações Públicas: O saldo global corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva na ótica da contabilidade pública.

Saldo orçamental: O saldo orçamental corresponde à diferença entre receitas e despesas. A designação estatística é “capacidade ou necessidade líquida de financiamento”.

Saldo primário: O saldo primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

Saneamento financeiro municipal: O saneamento financeiro municipal corresponde ao mecanismo de recuperação financeira municipal, consagrado no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ao qual os municípios podem aderir tendo em vista a reprogramação da respetiva dívida e a consolidação dos passivos financeiros.

Fonte: Conselho de Finanças Públicas. (Abril de 2015). Glossário de termos das Finanças Públicas. Obtido em 13 de Abril de 2017, de Conselho de Finanças Públicas: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2015/04/Glossario-de-termos-das-Financas-Publicas.pdf>

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 2.º e 3.º Trimestres 2017 - maio de 2018)

- a) Tal como tivemos oportunidade de demonstrar em anteriores relatórios de acompanhamento, a Assembleia Municipal de Paços de Ferreira, em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2017, aprovou a proposta da Câmara Municipal, fixando em 5% (taxa máxima) a participação variável do Município no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), pelo que teremos de considerar que o objetivo em apreço foi totalmente cumprido.
- b) Também neste caso a medida encontra-se totalmente cumprida pois, em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2017, a Assembleia Municipal de Paços de Ferreira aprovou a fixação em 1,5% a taxa de derrama a cobrar no ano de 2018 e, simultaneamente, fixou nos 0,5% a taxa reduzida para sujeitos passivos cujo volume de negócios, no período anterior, não tenha ultrapassado os 150.000€.
- c) Em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2017, a Assembleia Municipal de Paços de Ferreira fixou em 0,325% a taxa de IMI a liquidar no ano de 2018, pelo que, tal como explicitamos no relatório referente ao primeiro trimestre de 2018, também esta medida se considera totalmente cumprida.
- d) De acordo com o que tivemos oportunidade de demonstrar no anterior relatório de acompanhamento, em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2017, a Assembleia Municipal de Paços de Ferreira, aprovou a fixação em 0,25% do percentual de TMDP a vigorar no ano de 2018, pelo que também esta medida se considera cumprida.
- e) Tal como definido em sede de PAM, na liquidação do imposto municipal sobre imóveis que se está a efetuar em 2018, não está a ser aplicada qualquer dedução para agregados com dependentes a cargo, nem qualquer minoração por freguesia. Já no que concerne às majorações encontra-se a ser aplicada uma majoração de 30% nos prédios urbanos degradados e de 100% nos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono. No que concerne à Derrama, o Município de Paços de Ferreira continua a aplicar a sua taxa máxima (1,5%) e, simultaneamente, a disponibilizar uma taxa reduzida para empresas com um volume de negócios inferior a 150.000€ (0,5%) porque, tal como tivemos oportunidade de referir na elaboração do Plano de Ajustamento Municipal, nomeadamente nas suas projeções financeiras, foi assumido pelo Município que a estrutura de cobrança da derrama não seria alterada, isto é, que o aumento da cobrança deste imposto teria de advir do próprio crescimento económico, e não da supressão da taxa diferenciada para a Pequenas e Médias Empresas que, como sabemos, são o motor do desenvolvimento, não só do Concelho de Paços de Ferreira mas também do próprio País. O gráfico n.º 1 permite-nos analisar o comportamento da cobrança da derrama até ao final do mês de setembro, no período compreendido entre 2014 e 2018. Da sua análise resulta que, até ao final de setembro de 2018, registava-se uma quebra no valor de, aproximadamente, 90 mil euros. Importa, no entanto, complementar esta análise com dados mais recentes já disponíveis à data de elaboração do presente relatório e que nos permitem tirar uma conclusão, diametralmente, oposta. Assim se atentarmos no gráfico n.º 2, que compara a derrama cobrada até ao final de Novembro de 2018, com o total cobrado no final dos anos de 2014 a 2017, constatamos que, apesar de o exercício económico ainda não ter terminado, já foi possível cobrar um valor de derrama 16% superior ao registado no final de 2018. Se considerarmos que, segundo informações recolhidas no site da Autoridade tributária, durante o mês de dezembro, deverão ainda ser transferidos para o Município cerca de 19.000€ referentes à cobrança de derrama, facilmente se constata que, no final do exercício económico de 2018, o Município terá conseguido cobrar um valor de derrama superior a um milhão de euros. Este valor de cobrança de derrama situa-se 30% acima do que ficou definido em sede de PAM (766.287,67€), aliás será extremamente significativo constatar que, segundo o referido plano, só seria expectável o Município atingir este volume de receita de derrama no ano 2036!. Trata-se, portanto, de um extraordinário desvio positivo que importa levar em consideração. Mais uma vez fica plenamente demonstrado que a estratégia adotada pelo Município de Paços de Ferreira continua e revelar-se acertada, pois, mantendo a atual política fiscal foi possível criar as condições de atração e fomento do investimento e da atividade empresarial que propiciaram o aumento do valor cobrado de Derrama, isto é, o acréscimo da receita resultou única e exclusivamente do próprio aumento da atividade económica e não do aumento da carga fiscal que incide sobre os contribuintes / empresários do Concelho.
- f) Tal como foi definido no Programa de Ajustamento Municipal, o Município de Paços de Ferreira não celebrou mais nenhum contrato de investimento, tendo deixado caducar os já existentes, isto é, no final do prazo de validade dos mesmos, não foi efetuada qualquer proposta para a sua renovação.

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 2.º e 3.º Trimestres 2018 - julho de 2018)

g) O Município não prestou nenhuma informação sobre o cumprimento da medida.

h) Pela análise dos dados constantes do quadro n.º 1, no final do terceiro trimestre de 2018, verifica-se uma quebra nas receitas provenientes de “Taxas Multas e outras Penalidades”, no entanto, importa relembrar que o valor excecionalmente elevado apurado em 2017, ficou a dever-se ao recebimento de 155.800,10€ de Juros de Mora referentes à cobrança de IMI pelo Estado que, por decisão governamental, passaram a ser transferidos para os Municípios. Assim, se expurgarmos deste efeito contatamos que a redução será de apenas cerca de 30 mil euros, desvio que, estamos convictos, poderá ser corrigido até ao final do ano. A este propósito poderemos acrescentar que, até ao final de novembro de 2018, já tinham sido cobrados 251.656,00€ de receita de Taxas, multas e outras Penalidades, sendo que em igual período de 2017 (expurgando do efeito supra referido) tinham sido cobrados 267.208,55€, ou seja, o desvio de 30 mil euros, entretanto já tinha sido reduzido para cerca de metade (15 Mil euros), reforçando portanto a expectativa da sua total anulação até ao final do ano. O quadro n.º 2 permite-nos analisar o comportamento da cobrança desta rubrica da receita comparativamente com o que se encontra previsto em sede de Plano de Ajustamento Municipal. Da sua análise podemos concluir que, no final do terceiro trimestre de 2018, regista-se um desvio negativo, sendo, no entanto, expectável que, até ao final do ano, seja possível corrigir a trajetória em apreço ou, pelo menos compensar esta redução com o crescimento de outras componentes da receita.

i) Tal como tivemos oportunidade de referir em anteriores relatórios de acompanhamento, o Município encontra-se a efetuar um estudo comparativo sobre a competitividade da sua atual tabela de taxas e preços face a Municípios de idêntica dimensão localizados na sua envolvente. Deste modo e tal como definido no cronograma do PAM, prevemos que a análise em apreço possa estar concluída até ao final de 2018, por forma a, caso se justifique, introduzir alterações durante o ano de 2019. Assim, teremos de considerar que a medida em apreço se encontra a ser cumprida de acordo com o previsto em sede de Plano de Ajustamento Municipal (PAM).

j) O Município de Paços de Ferreira já encetou as diligências necessárias para o lançamento do primeiro procedimento de venda de património, que se prevê possa ser concluído até ao final do primeiro semestre de 2019, no entanto, importa referir que a receita arrecadada com esta medida não foi considerada em termos de projeções financeiras, pelo que será sempre utilizada para efetuar amortizações extraordinárias da dívida total ou, em alternativa, para suportar a componente nacional de projetos comunitários a que o Município se candidate. Acresce ainda o facto de, em sede de Plano de Ajustamento Municipal, o compromisso que foi estabelecido foi de que a concretização da venda de bens de investimento seria efetuada no prazo compreendido entre o 4.ºT de 2017 e o 4.ºT 2021, isto é, sempre se convencionou que estas operações deveriam ser efetuadas só e quando as condições de mercado o aconselhassem. Mesmo tendo em consideração o que atrás foi exposto, através da análise do quadro n.º 3 podemos constatar que, no final do terceiro trimestre de 2018, o Município registou um volume de receita de Venda de Bens de Investimento de 15.366,62€, valor este que é bastante superior ao que foi previsto em sede de PAM. Em face do exposto, teremos de concluir que esta medida também está a ser cumprida na íntegra.

k) Tal como tivemos oportunidade de demonstrar em anteriores relatórios de acompanhamento, o Município de Paços de Ferreira, procedeu em tempo oportuno às competentes comunicações à Autoridade Tributária e Aduaneira (Taxas de IMI, Derrama e Participação no IRS) e ANACOM (Taxa Municipal de Direitos de Passagem), pelo que esta medida também se encontra totalmente implementada

l) O Município não prestou nenhuma informação sobre o cumprimento da medida. No entanto foi possível verificar o cumprimento da medida.

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 2.º e 3.º Trimestres 2018 - julho de 2018)

m) No âmbito do Plano de Ajustamento Municipal celebrado pelo Município de Paços de Ferreira, ficou estabelecido que, expurgando o efeito de eventuais alterações legislativas e da contratação de Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais para a área da educação, o Município de Paços de Ferreira se comprometia a manter os mesmos níveis de despesas com o pessoal (-4% em 2018). Relativamente à contratação do pessoal não docente, e tal como tivemos oportunidade de explicitar de forma pormenorizada no relatório de acompanhamento referente ao primeiro trimestre de 2018, desde setembro de 2008 que, ao abrigo do Decreto Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, o Município de Paços de Ferreira assumiu as seguintes competências: • Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; • Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico; • Gestão do Parque Escolar no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. Tal como demonstrámos no relatório de acompanhamento supra referido, para cumprir com todas as obrigações resultantes do acordo celebrado com o Ministério da Educação, nomeadamente com o n.º mínimo efetivos de pessoal não docente, o Município de Paços de Ferreira teve necessidade de recorrer a um acordo de Cooperação com a Profisousa/ Escola Profissional Vértice e a contratos Emprego Inserção. No entanto, as soluções atrás descritas não permitiam o integral cumprimento das responsabilidades assumidas pelo Município de Paços de Ferreira e as efetivas necessidades das escolas, pelo que, tornou-se imprescindível proceder à abertura de concurso público para recrutamento de Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. O processo de seleção só veio a ser concluído e iniciado o processo de recrutamento em junho de 2017, sendo que alguns destes acabaram por integrar o Município nesse mesmo ano, mas uma boa parte só tem vindo a fazê-lo já no decurso do presente ano de 2018. Importa referir que, entretanto, foi publicada nova legislação (Ex: Portaria nº 272-A/2017) que, para o seu integral cumprimento, implicará a necessidade de proceder a novas contratações de Assistentes Operacionais, nomeadamente, para o Pré-Escolar (5/6 colaboradores). Decorrente das obrigações contratualizadas com o Ministério da Educação (ME), a despesa com o pessoal não docente transferido e contratado pelo Município ao abrigo do Contrato nº 253/2009 é assumido pelo Ministério da Educação – Instituto de Gestão Financeira da Educação, pelo que o aumento da despesa será acompanhado pelo acréscimo da receita proveniente do ME. Ainda neste contexto, importa salientar que a contratação destes efetivos para a área da educação estava prevista no formulário do PAM e permitiu que, em 2017, o Município de Paços de Ferreira cessasse o contrato/protocolo existente com a Profisousa, entidade que até esse momento assegurava a prestação desses mesmos serviços. A este propósito importa salientar que, até ao final do terceiro trimestre de 2017, foram transferidos para esta Entidade 156.296,86€, sendo que, em igual período de 2018, já só foram transferidos 5.854,60€ e não existindo, nesta data, qualquer valor por pagar. Através do quadro n.º 4 podemos verificar a evolução das Despesas com o pessoal face ao que estava previsto em sede de Plano de Ajustamento Municipal e, comparativamente, com os valores apurados até ao final do terceiro trimestre de 2018. Relativamente aos valores apurados no final do terceiro trimestre de 2018, importará referir que, em termos homólogos, registou-se um aumento de 152.143,43€. No entanto, importará salientar que do montante total registado em despesas pessoal até ao final do terceiro trimestre, 354.593,88€ resultam da atualização de vencimentos dos funcionários públicos, ou seja, o acréscimo verificado resulta, na sua totalidade, de alterações legislativas a que, naturalmente, o Município é alheio. No entanto, para além disso também deveremos referir que, tal como poderá ser constatado pela análise do quadro n.º 5, até ao final do terceiro trimestre de 2018, o total de abonos pagos ao pessoal afeto aos diversos agrupamentos de escolas do Município de Paços de Ferreira foi 155.033,53€ superior ao verificado em período homólogo de 2017. Tal como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, o aumento verificado nas despesas com o pessoal não docente afeto aos agrupamentos de escolas do Concelho de Paços de Ferreira resultou da conclusão do processo de recrutamento e seleção de novos Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais que foi necessário levar por diante por forma a garantir o cumprimento da legislação em vigor. Pela análise do quadro n.º 6, facilmente se conclui que, comparativamente com igual período de 2017, no final do terceiro trimestre de 2018, o Município de Paços de Ferreira dispunha de mais 8 efetivos adstritos à área da educação, pelo que seria perfeitamente expectável o aumento das despesas com o pessoal que se veio a verificar. Em suma, se expurgarmos os valores constantes do quadro n.º 4 dos efeitos supra referidos, facilmente se conclui que o acréscimo verificado nas despesas com o pessoal se encontra plenamente justificado pelo aumento verificado na área da Educação e pelo aumento resultante da atualização de vencimentos dos funcionários públicos, situações a que o Município é alheio. Tal como salientamos em sede de Plano de Ajustamento Municipal, qualquer análise ao cumprimento desta medida teria necessariamente de ser expurgada do efeito de eventuais contratações que o Município fosse obrigado a efetuar para conseguir cumprir com os acordos de delegação de competências anteriormente assumidos, bem como de eventuais “alterações legislativas” que implicassem acréscimos remuneratórios dos funcionários públicos, pelo que também neste caso teremos de concluir pelo integral cumprimento da medida em apreço.

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 2.º e 3.º Trimestres 2018 - julho de 2018)

n) Para reforçar os mecanismos de controlo sobre o pagamento de todo o tipo de abonos variáveis e eventuais, será importante a aprovação e implementação da nova Norma de Controlo Interno que se encontra em vias de ser aprovada pelo Executivo e Assembleia Municipais do Município de Paços de Ferreira. Assim, julgamos que estão reunidas as condições para que, em 2019, a implementação da NCI nos diversos serviços do Município seja já uma realidade.

o) No plano de ajustamento municipal apresentado, o Município de Paços de Ferreira propôs-se, fundamentalmente, intervir ao nível da eficiência energética, das despesas com as comunicações e manutenção dos equipamentos municipais. Assim, neste momento, importará avaliar o grau de cumprimento destes objetivos propostos pelo Município: a) Implementação de Medidas de Contenção Despesa Iluminação Pública Depois de um longo e complexo concurso público internacional, e na sequência do visto favorável emitido no mês de junho de 2017 pelo Tribunal de Contas, o Município de Paços de Ferreira avançou de imediato para a substituição, por tecnologia LED, de todas as 14.000 luminárias existentes no concelho. Assim, o processo de substituição iniciou-se no final de agosto de 2017 e ficou totalmente concluído antes do prazo previsto em sede de PAM (final de 2018), sendo que a poupança anual que, a médio prazo, será possível obter com esta medida será de 300.000€. Neste momento importará referir que, comparativamente com o ano de 2017, no final do terceiro trimestre de 2018, o montante pago pelo Município de Paços de Ferreira pela iluminação Pública diminuiu já 20.572,56€, o que vem comprovar o integral cumprimento dos objetivos que se pretendiam atingir com esta medida. b) Implementação de Medidas de Redução Consumos Energéticos das Instalações Municipais Concluída a implementação do projeto de eficiência energética da iluminação pública, o Município de Paços de Ferreira avançou de imediato para a implementação das primeiras medidas necessárias à melhoria da eficiência energética das diversas instalações municipais. Também neste caso antecipando o cronograma definido no PAM (final do primeiro trimestre de 2018), o Município já concluiu todo o trabalho de conceção das medidas necessárias à melhoria da eficiência energética das suas instalações e iniciou desde logo todo o trabalho preparatório para a sua plena implementação. No entanto, para alcançar as metas ambiciosas estabelecidas pelo Município, será imprescindível aproveitar as oportunidades que venham a surgir para elaboração de candidaturas / projetos no âmbito do atual quadro comunitário de apoio (Portugal 2020), situação que, até ao momento, ainda não se verificou. c) Redução dos Custos Comunicações Através da análise do quadro n.º 7 podemos analisar a evolução que a despesa com comunicações teve até ao final do terceiro trimestre de 2018 e, simultaneamente, avaliar o cumprimento da meta fixada em sede de Plano de Ajustamento Municipal do Município de Paços de Ferreira. O resultado, aparentemente negativo, deverá, no entanto, ser escalpelizado através da leitura dos dados constantes do quadro n.º 8 que procede à análise do comportamento desta despesa nas diversas etapas do processo de realização da despesa e, comparando com período homólogo de 2017. Esta avaliação é importante pois, ao analisarmos o comportamento desta rubrica em fases mais embrionárias do processo de despesa, poderemos antecipar qual será o seu comportamento no futuro mais próximo. Em suma, pela análise conjugada dos quadros n.ºs 7 e 8 podemos concluir que existe uma propensão para a redução da despesa com as comunicações do Município pois, comparativamente com igual período de 2017, no final do terceiro trimestre deste ano, os valores cabimentados, comprometidos e faturados do próprio ano são manifestamente inferiores. Será de salientar em particular a redução em, aproximadamente, 20% do valor comprometido. Em face do exposto, será perfeitamente expectável que, no final do exercício económico de 2018, a despesa registada nesta rubrica do orçamento esteja dentro dos objetivos e metas definidos em sede de Plano de Ajustamento Municipal. d) Redução Custos de Conservação e Manutenção Frota Automóvel e Equipamentos Em sede de PAM fixou estabelecido que o Município de Paços de Ferreira iria proceder de forma gradual à substituição da sua frota de veículos e equipamentos por unidades mais modernas e que, por essa via, implicassem menores custos de manutenção e/ou reparação. Neste âmbito, durante o ano de 2017, foi feito um levantamento do estado atual desses equipamentos, tendo sido definido o grau de prioridade na sua substituição tendo-se fixado um cronograma para o lançamento dos competentes procedimentos de aquisição. Assim, durante o primeiro trimestre de 2018, foram abertos os primeiros procedimentos (renting) para a aquisição de novas viaturas que permitirão o abate dos equipamentos cujos custos de manutenção têm sido mais onerosos para o Município. O grau de execução desta medida está perfeitamente de acordo com o cronograma fixado em sede de PAM, o qual previa que esta medida fosse implementada entre o 4.º trimestre de 2017 e o 4.º Trimestre de 2021. Não obstante o que atrás foi exposto, e tal como se constata pela análise do quadro n.º 10, até ao final do terceiro trimestre de 2018, a rubrica de "Conservação de Bens" registava uma execução inferior em 35,26% (-24.616,17€) face ao previsto em sede de plano de ajustamento municipal. Pelo que atrás foi exposto, teremos necessariamente de considerar que os objetivos e metas definidas para esta medida estão a ser cumpridas na íntegra.

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 2.º e 3.º Trimestres 2018 - julho de 2018)

p) Com a aprovação do PAM por parte do Fundo de Apoio Municipal, o Município passou a estar vinculado ao cumprimento dos pressupostos orçamentais que lhe estão subjacentes, pelo que os valores aí constantes são agora os referenciais – limite para a assunção de despesas de investimento. Até ao final do terceiro trimestre de 2018 o Município de Paços de Ferreira arrecadou uma receita total de 30.392.765,90€. Se ao valor supra referido retirarmos o valor dos passivos financeiros (11.400.000€), constatamos que a receita cobrada pelo Município se cifrou nos 18.992.765,90€, pelo que de acordo com o que ficou definido em sede de PAM, o limite para o investimento seria de 3.038.842,55€. Se compararmos este valor com a despesa de investimento (0701) faturada do próprio ano (1.573.598,36€), teríamos que concluir que o Município está a cumprir a meta fixada neste objetivo. Se compararmos o referido limite (3.038.842,55€) com o valor pago durante o período em apreço (3.424.723,48€), aparentemente, diríamos que a meta não estava a ser cumprida, no entanto, teremos de salientar que do montante pago, 1.731.881,64€ dizem respeito a faturas emitidas antes de outubro de 2016, isto é, anteriores à data limite fixada para serem incluídas no PAM. Em suma, também seguindo esta ótica de análise, se obtém a mesma conclusão, isto é, o Município está a cumprir a meta estabelecida no PAM.

q) Tal como tivemos oportunidade de salientar no ponto 13, o Município não só cumpriu como, inclusivamente, antecipou o cronograma de implementação do projeto de iluminação pública led, isto é, uma medida cujo prazo de implementação se prolongava até ao final de 2018 acabou por estar totalmente implementada um ano antes, isto é, em dezembro de 2017.

r) Tal como poderá ser comprovado pela análise do quadro n.º 11, até ao final do terceiro trimestre de 2018, a execução orçamental da despesa com a aquisição de bens e serviços situou-se 70% a baixo do que tinha sucedido em igual período de 2017, sendo inclusivamente o valor mais baixo apurado nos últimos seis anos (vide gráfico n.º 2). O quadro n.º 12 permite-nos contatar que o valor apurado também se enquadra no que ficou estabelecido em sede de PAM, pelo que fica plenamente demonstrado que os objetivos e metas que se pretendem alcançar com esta medida foram plenamente alcançados.

s) Tal como já referido na alínea d) da análise efetuada à medida n.º 13, durante o ano de 2017, o Município de Paços de Ferreira procedeu a um exaustivo levantamento do estado atual dos seus equipamentos por forma a definir o grau de prioridade da sua substituição. Com base neste estudo foi definido um cronograma para o lançamento dos procedimentos tendentes à substituição daqueles equipamentos que maior grau de obsolescência revelaram e que têm sido responsáveis pelo maior volume de despesas de manutenção. De acordo com cronograma fixado esta medida seria implementada entre o 4.º trimestre de 2017 e o 4.º Trimestre de 2021, sendo que no segundo semestre de 2018 foram abertos os primeiros procedimentos de aquisição de viaturas na modalidade de renting. Assim sendo, a medida em apreço está a ser cumprida de acordo com o que ficou definido em sede de Plano de Ajustamento Municipal.

t) No rigoroso cumprimento do plano definido com o FAM, e relativamente à contabilidade de custos, o Município de Paços de Ferreira encontra-se na sua fase final de implementação. É expectável que, com a entrada em vigor do SNC-AP, esta implementação fique concluída, isto é, ao longo do exercício económico de 2019. Assim, neste momento já é possível extrair dados através desta funcionalidade. O mesmo se aplica ao processo de orçamentação, isto é, os orçamentos para 2018 e 2019 apresentados pelo Município de Paços de Ferreira já foram elaborados no estrito cumprimento do que foi projetado em sede de Plano de Ajustamento Municipal, seguindo, portanto, um conjunto de novas metodologias no que ao processo de orçamentação diz respeito. Neste contexto foi possível obter o parecer prévio favorável por parte do Fundo de Apoio Municipal, o que atesta da sua conformidade com o que ficou definido em sede de PAM. No que concerne à nova NCI, e tal como tínhamos referido a quando da elaboração do relatório de acompanhamento referente ao 1.º Trimestre de 2018, era intenção do Município tê-la aprovada em conjunto com o Orçamento para 2018, no entanto, tal não se veio a verificar porque, ao contrário do que seria expectável, o novo normativo contabilístico acabou por ver a sua entrada em vigor adiada por mais um ano, e este documento já estava elaborado para estar de acordo com esse novo enquadramento legal. Julgamos que no primeiro semestre de 2019 será possível aprovar a nova versão da NCI por forma a que, ainda nesse período, seja possível efetuar um conjunto de ações internas de esclarecimento / sensibilização para a importância da sua implementação e, iniciar-se a sua utilização no segundo semestre do ano.

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 2.º e 3.º Trimestres 2018 - julho de 2018)

u) Tal como referido no relatório de monitorização anterior, apesar da rubrica de Transferências Correntes ser composta quase em exclusivo por despesas que resultam de serviços que o Município presta, direta ou indiretamente, no âmbito de delegação de competências em matéria de educação, o Município procurou ainda assim analisar de que forma poderia otimizar os recursos afetos a estas atividades. Assim, o Município começou por atuar sobre aqueles que maior peso tinham na estrutura de custos do Município, tendo tomado a decisão de rescindir o protocolo existente com a Profisousa através do qual eram garantidos os serviços de apoio na área da educação (pessoal não docente). Tendo em conta o valor que suportava anualmente (cerca de 510 mil euros), o Município concluiu que, internalizando esta função no seio do Município, seria possível reduzir o custo com o serviço em apreço, o que, tal como já tivemos oportunidade de demonstrar no presente relatório, tem vindo a ser um facto. A análise do quadro n.º 13 permite-nos constatar que o valor apurado até ao final do terceiro trimestre de 2018 foi claramente o mais baixo dos últimos quatro anos, cenário que ainda se torna mais expressivo se atentarmos no gráfico n.º 3 pois revela que, nos últimos seis anos, nunca foi apurado um valor tão baixo. Já o quadro n.º 14 permite-nos confirmar que, até ao final do terceiro trimestre de 2019, a execução orçamental das transferências correntes para Instituições S/ Fins Lucrativos ficou a baixo do que tinha ficado definido no PAM (-11,61%), o que demonstra que o Município cumpriu com a meta estabelecida para esta medida.

v) O Município não prestou nenhuma informação sobre o cumprimento da medida.

w) O Município de Paços de Ferreira tem elaborado um conjunto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020, no entanto, só tem avançado para a concretização desses mesmos projetos após a aprovação e contratualização das mesmas. Assim, tal como poderá ser constatado pela análise do quadro n.º15, neste momento, no âmbito do atual quadro comunitário de apoio, o município de Paços de Ferreira já tem aceite pelas entidades / contratualizados os seguintes projetos de investimento que totalizam, aproximadamente, 10 Milhões de euros de investimento.

x) Tal como poderá ser comprovado pela análise conjunta dos PRD e do Ficheiro de acompanhamento da execução do mesmo enviado em anexo ao presente relatório de monitorização do PAM, com a disponibilização, até ao final do terceiro trimestre de 2018, das quatro primeiras tranches do empréstimo de assistência financeira, o Município tem vindo a honrar todos os acordos estabelecidos com os credores.

y) Todos os procedimentos de contratação pública que deram origem à despesa que irá ser regularizada através do empréstimo de assistência financeira disponibilizado pelo FAM foram e são objeto de verificação da sua conformidade e legalidade e, só após esta validação prévia são processados os respetivos pagamentos.

z) Na sequência do processo de verificação mencionado no ponto anterior foi possível identificar um conjunto de processos de despesa que, apesar de estarem relevados contabilisticamente, careciam, total ou parcialmente, de cobertura legal/procedimental. Neste contexto, foi possível regularizar um conjunto de despesa através da emissão de notas de crédito que, até ao final do terceiro trimestre de 2018, já superavam um milhão de euros.

Anexo II

Balancete de Setembro de 2018 (contas da classe 0 à classe 3)

		€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
Total		296.477.386,30 €	148.465.868,18 €	1.273.728,19 €	1.928.895,20 €	297.751.114,49 €	150.394.763,38 €	147.356.351,11 €	0,00 €
4 - Imobilizações	1 - Investimentos Financeiros	13.397.336,36 €	384.963,89 €	0,00 €	0,00 €	13.397.336,36 €	384.963,89 €	13.012.372,47 €	0,00 €
	2 - Imobilizações Corpóreas	122.238.141,70 €	163.405,87 €	12.323,62 €	0,00 €	122.250.465,32 €	163.405,87 €	122.087.059,45 €	0,00 €
	3 - Imobilizações Incorpóreas	517.144,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	517.144,99 €	0,00 €	517.144,99 €	0,00 €
	4 - Imobilizações Em Curso	38.289.561,98 €	483.378,37 €	145.292,79 €	0,00 €	38.434.854,77 €	483.378,37 €	37.951.476,40 €	0,00 €
	5 - Bens De Domínio Público	57.359.505,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	57.359.505,05 €	0,00 €	57.359.505,05 €	0,00 €
	8 - Amortizações Acumuladas	8.505,96 €	34.886.880,71 €	0,00 €	0,00 €	8.505,96 €	34.886.880,71 €	0,00 €	34.878.354,75 €
	9 - Provisões Para Investimentos Financeiros	0,00 €	622.445,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	622.445,91 €	0,00 €	622.445,91 €
	0 - Fundo Patrimonial	46.486.765,83 €	91.656.271,61 €	0,00 €	577.824,57 €	46.486.765,83 €	92.234.096,18 €	0,00 €	45.747.330,35 €
	6 - Custos E Perdas								
5 - Fundo Patrimonial	1 - Custo Das Mercadorias Vendidas E Das Matérias Consumidas	294.351,92 €	0,00 €	39.971,35 €	0,00 €	334.323,27 €	0,00 €	334.323,27 €	0,00 €
	2 - Fornecimentos E Serviços Externos	3.584.483,71 €	399.520,95 €	357.002,21 €	2.006,64 €	3.941.485,92 €	401.607,59 €	3.539.878,33 €	0,00 €
	3 - Transferências E Subsídios Correntes Concedidos E Prestações Sociais	2.541.227,02 €	352.861,44 €	70.857,27 €	323,32 €	2.612.084,29 €	353.184,76 €	2.258.899,53 €	0,00 €
	4 - Custos Com O Pessoal	5.992.395,43 €	1.008.463,20 €	598.119,65 €	0,00 €	6.590.515,08 €	1.008.463,20 €	5.582.051,88 €	0,00 €
	5 - Outros Custos E Perdas Operacionais	243.040,95 €	7.607,32 €	31.490,83 €	0,00 €	274.531,78 €	7.607,32 €	266.924,46 €	0,00 €
	6 - Amortizações Do Exercício	1.163.033,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.163.033,52 €	0,00 €	1.163.033,52 €	0,00 €
	7 - Provisões Do Exercício	177.594,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	177.594,15 €	0,00 €	177.594,15 €	0,00 €
	8 - Custos E Perdas Financeiros	472.412,00 €	66.520,86 €	1.981,82 €	0,00 €	474.393,82 €	66.520,86 €	407.864,96 €	0,00 €
	9 - Custos E Perdas Extraordinários	512.015,65 €	161.481,95 €	538,47 €	450,00 €	512.554,12 €	161.931,95 €	350.622,17 €	0,00 €
6 - Custos E Perdas	1 - Vendas E Prestações De Serviços	250.010,72 €	1.323.040,53 €	176,00 €	46.922,97 €	250.187,52 €	1.369.963,50 €	0,00 €	1.119.775,98 €
	2 - Impostos E Taxas	312.413,00 €	4.592.521,75 €	15.973,38 €	317.547,67 €	328.386,46 €	4.910.069,42 €	0,00 €	4.581.682,96 €
	3 - Proveitos Suplementares	21.312,42 €	65.588,35 €	0,00 €	4.056,95 €	21.312,42 €	69.645,30 €	0,00 €	48.332,88 €
	4 - Estudos, Projectos E Assistência Tecnológica	300.234,45 €	8.470.179,19 €	0,00 €	972.983,36 €	300.234,45 €	9.443.162,55 €	0,00 €	9.142.928,10 €
	5 - Trabalhos Para A Própria Entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	6 - Outras Proveitos E Ganhos Operacionais	0,00 €	2.008,76 €	0,00 €	774,60 €	0,00 €	2.783,36 €	0,00 €	2.783,36 €
	8 - Proveitos E Ganhos Financeiros	278.538,78 €	890.558,95 €	0,00 €	1.672,75 €	278.538,78 €	892.231,70 €	0,00 €	613.692,92 €
	9 - Proveitos E Ganhos Extraordinários	0,00 €	890.819,94 €	0,00 €	4.252,37 €	0,00 €	895.072,31 €	0,00 €	895.072,31 €
	0 - Resultados	2.037.360,63 €	2.037.360,63 €	0,00 €	0,00 €	2.037.360,63 €	2.037.360,63 €	0,00 €	0,00 €
7 - Proveitos E Ganhos									
8 - Resultados									

Anexo II

Balancete de Setembro de 2018 (contas da classe 4 à classe 8)

		€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
Total		281.193.782,91 €	131.084.787,74 €	1.443.106,94 €	1.969.644,01 €	282.642.889,85 €	133.054.431,75 €	149.588.458,10 €	0,00 €
4 - Imobilizações	1 - Investimentos Financeiros	13.397.336,36 €	0,00 €	0,00 €	384.963,89 €	13.397.336,36 €	384.963,89 €	13.012.372,47 €	0,00 €
	2 - Imobilizações Corpóreas	122.097.875,99 €	161.537,50 €	5.426,73 €	1.868,37 €	122.103.302,71 €	163.405,87 €	121.939.896,85 €	0,00 €
	3 - Imobilizações Incorpóreas	432.543,34 €	0,00 €	623,25 €	0,00 €	433.166,59 €	0,00 €	433.166,59 €	0,00 €
	4 - Imobilizações Em Curso	37.040.563,03 €	0,00 €	87.665,21 €	0,00 €	37.128.228,24 €	0,00 €	37.128.228,24 €	0,00 €
	5 - Bens De Domínio Público	57.212.258,79 €	0,00 €	49.882,33 €	0,00 €	57.262.141,12 €	0,00 €	57.262.141,12 €	0,00 €
	8 - Amortizações Acumuladas	0,00 €	33.715.321,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.715.321,23 €	0,00 €	33.715.321,23 €
	9 - Provisões Para Investimentos Financeiros	0,00 €	622.445,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	622.445,91 €	0,00 €	622.445,91 €
5 - Fundo Patrimonial	0 - Fundo Patrimonial	46.486.765,83 €	91.648.991,61 €	0,00 €	0,00 €	46.486.765,83 €	91.648.991,61 €	0,00 €	45.162.225,78 €
6 - Custos E Perdas	1 - Custo Das Mercadorias Vendidas E Das Matérias Consumidas	61.560,76 €	0,00 €	24.775,07 €	0,00 €	86.335,83 €	0,00 €	86.335,83 €	0,00 €
	2 - Fornecimentos E Serviços Externos	474.450,99 €	979,88 €	430.768,05 €	1.654,18 €	905.219,04 €	2.634,06 €	902.584,98 €	0,00 €
	3 - Transferências E Subsídios Correntes Concedidos E Prestações Sociais	248.063,77 €	45.282,94 €	179.209,99 €	0,00 €	427.273,76 €	45.282,94 €	381.990,82 €	0,00 €
	4 - Custos Com O Pessoal	1.139.693,15 €	19,00 €	607.641,84 €	0,00 €	1.747.334,99 €	19,00 €	1.747.315,91 €	0,00 €
	5 - Outros Custos E Perdas Operacionais	47.929,10 €	0,00 €	27.140,90 €	0,00 €	75.070,00 €	0,00 €	75.070,00 €	0,00 €
	6 - Amortizações Do Exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	7 - Provisões Do Exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	8 - Custos E Perdas Financeiros	43.442,17 €	3,00 €	27.054,40 €	51,42 €	70.496,57 €	54,42 €	70.442,15 €	0,00 €
	9 - Custos E Perdas Extraordinários	201.350,15 €	160.016,24 €	686,53 €	0,00 €	202.036,68 €	160.016,24 €	42.020,44 €	0,00 €
7 - Proveitos E Ganhos	1 - Vendas E Prestações De Serviços	122.216,53 €	206.207,49 €	129,50 €	38.191,79 €	122.346,03 €	324.399,28 €	0,00 €	202.053,25 €
	2 - Impostos E Taxas	4.495,65 €	304.453,33 €	787,33 €	257.466,23 €	5.282,98 €	561.919,56 €	0,00 €	556.636,58 €
	3 - Proveitos Suplementares	2.425,40 €	4.895,91 €	7.315,81 €	23.812,59 €	9.741,21 €	28.708,50 €	0,00 €	18.967,29 €
	4 - Estudos, Projectos E Assistência Tecnológica	142.686,95 €	2.041.227,15 €	0,00 €	969.215,29 €	142.686,95 €	3.010.442,44 €	0,00 €	2.867.755,49 €
	5 - Trabalhos Para A Própria Entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	6 - Outras Proveitos E Ganhos Operacionais	0,00 €	585,86 €	0,00 €	28,55 €	0,00 €	614,41 €	0,00 €	614,41 €
	8 - Proveitos E Ganhos Financeiros	764,32 €	2.400,30 €	0,00 €	289.156,19 €	764,32 €	291.556,57 €	0,00 €	290.792,25 €
	9 - Proveitos E Ganhos Extraordinários	0,00 €	53.059,60 €	0,00 €	3.235,51 €	0,00 €	56.295,11 €	0,00 €	56.295,11 €
8 - Resultados	0 - Resultados	2.037.360,63 €	2.037.360,63 €	0,00 €	0,00 €	2.037.360,63 €	2.037.360,63 €	0,00 €	0,00 €